



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

OS SEM TORAS:
Atividade de Inteligência, Território e Poder.

Herick Wendell Antonio José Gomes

Belém – PA
2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

Herick Wendell Antonio José Gomes

OS SEM TORAS:

Atividade de Inteligência, Território e Poder.

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Segurança Pública.

Área de Concentração: Segurança Pública.

Linha de Pesquisa: Conflitos, Criminalidade e Tecnologia da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas.

Belém – PA
2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

OS SEM TORAS:

Atividade de Inteligência, Território e Poder.

Herick Wendell Antonio José Gomes

Esta dissertação foi julgada e aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública no Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará.

Belém, 21 de fevereiro de 2018.

Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos
(Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública)

Banca Examinadora

Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas
Universidade Federal do Pará
Orientador

Prof. Msc. Wando Dias Miranda.
Escola Superior Madre Celeste
Co Orientador

Profa. Dra. Silvia dos Santos de Almeida
Universidade Federal do Pará - Avaliadora
Interna.

Prof. Dr. Itamar Rogério Pereira Gaudêncio
Instituto de Ensino em Segurança Pública –
IESP – Avaliador Externo

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, Júlio Costa Gomes (*in memoriam*), a quem devo tudo que sou e a quem, infelizmente, não poderei mostrar o quão longe posso chegar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS, o grande arquiteto do universo, que me guia e protege todos os dias da minha vida.

Aos meus pais que me proporcionaram um ambiente familiar de amor e fraternidade, e sempre me apoiaram em todas as minhas caminhadas. A eles devo tudo que me tornei e me tornarei.

À minha esposa, pessoa de extrema humildade, força e perseverança, que me acompanha com amor e dedicação, me dando todo apoio e suporte emocional para superar as adversidades do dia a dia.

Aos meus filhos que, diariamente, me enchem de orgulho e amor por estarem se tornando seres humanos justos e perfeitos.

Às minhas irmãs pelas lembranças felizes pelo convívio harmonioso e fraterno que desfrutamos.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas, pelo aconselhamento, encorajamento, apoio e, principalmente, pela amizade dispensada.

Aos amigos Wando Miranda e Roberto Magno que estiveram me apoiando antes e durante esta caminhada, pessoas a quem externo todo meu respeito e admiração.

A todos os professores do Curso de Mestrado de Segurança Pública da Universidade Federal do Pará que enriquecem o programa ao compartilharem seus conhecimentos.

A todos os nobres e valorosos membros da Polícia Militar do Pará que, diariamente, arriscam suas vidas em prol da ordem pública e da segurança da sociedade.

Aos companheiros e companheiras de curso que engrandeceram, ainda mais, o nível deste mestrado ao compartilharem seus conhecimentos e experiências profissionais.

O conhecimento é uma ferramenta, e como todas as ferramentas, o seu impacto está nas mãos de quem o usa.

Dan Brown. O Símbolo Perdido.

Em cada operação de espionagem existe o que está por cima e o que está por baixo da escrita.

Por cima está o que alguém faz segundo as normas. Por baixo está a forma como alguém deve fazer o trabalho.

John Le Carré, Um espião perfeito.

GOMES, Herick Wendell Antonio José. **Os Sem Toras: Atividade de Inteligência, Território e Poder**. 86 fls. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública – PPGSP. UFPA, Belém, Pará, Brasil, 2018.

RESUMO

A pesquisa se propôs analisar a atuação da Atividade de Inteligência de Segurança Pública – AISP da Polícia Militar do Pará enquanto ferramenta de assessoramento para a tomada de decisões de gestores públicos desenvolvendo análises e auxiliando no planejamento tático, estratégico e operacional de ações voltadas a preservação de vidas e bens, principalmente, quando voltadas à resolução de conflitos territoriais no Estado, tomando ainda como elemento central do estudo a aplicação desta ferramenta, especificamente, no caso do movimento conhecido como “Sem Toras” no município de Tailândia/PA. Os conflitos territoriais vêm ao longo dos anos tomando destaque nas mídias jornalísticas, nacional e internacional, devido sua violência e consequências sociais, políticas e econômicas. Neste sentido, segundo dados do relatório Conflitos no Campo Brasil 2016 da Comissão Pastoral da Terra – CPT, entre os anos de 2006 e 2016, foi registrado um aumento de 70,53% no número de conflitos por terra. O Estado do Pará figura como 4º Estado com maior número de ocorrências de conflitos por terra, no tocante à violência contra a ocupação e posse em 2016, maior parte das ocorrências no Estado do Pará, são referentes à pistolagem, apresentando 4.215 casos, isto é, 48,94% da violência por pistolagem ocorrida na Região Norte é oriunda do Estado do Pará (CPT, 2016). Diante disso o trabalho, primeiramente, objetivou descrever como a evolução histórica da atividade de inteligência condicionou sua forma de atuação adaptando-se aos preceitos democráticos vigentes. Em seguida, a pesquisa se desenvolveu com um levantamento bibliográfico e documental sobre o caso dos “Sem Toras” e como a Atividade de Inteligência de Segurança Pública– AISP foi utilizada como uma ferramenta do processo decisório, baseado no método weberiano sobre a compreensão dos paradigmas da teoria das organizações sociais. Desta forma, pode-se encontrar como resultados que a nova atividade de inteligência está pautada em metodologias específicas, lastreada pela ética e legalidade, e que, no caso analisado, a identificação da natureza dos conflitos e o acompanhamento de seus processos políticos e sociais, levantados pela AISP, contribuíram para a minimização dos conflitos violentos e o acompanhamento da evolução dos impactos nas áreas ocupadas (desvelando o desmatamento ocorrido, rotas ilegais alternativas, aspectos do pseudomovimento social e possibilitando a elaboração de estratégias de ação pelas forças de segurança pública).

PALAVRAS-CHAVE: Atividade de Inteligência; Gestão do Conhecimento; Conflitos Territoriais.

GOMES, Herick Wendell Antonio José. **Os Sem Toras: Atividade de Inteligência, Território e Poder**. 86 fls. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública – PPGSP. UFPA, Belém, Pará, Brasil, 2018.

ABSTRACT

The research proposed to analyze the performance of Pará's Military Police's Public Safety Intelligence Activity (AISP) as an advisory tool for the decision making of public managers, developing analyses and assisting in the tactical, strategic, and operational planning of actions focused on the preservation of lives and goods, mainly, the resolution of the state's territorial conflicts, also taking as the central element of the study the application of this tool, specifically, in the case of the movement known as "No Logs" (Sem Toras) in the municipality of Tailândia/PA. Over the years, territorial conflicts have been prominent on the news, of both national and international media, due to their violence and social, political, and economic consequences. In this sense, according to the Pastoral Committee of Land's (CPT) data, between the years of 2006 and 2016 there was recorded an increase of 70.53% in the number of conflicts per land, making the state of Pará land as the 4th state with the highest number of occurrences of conflict per land, as regards violence against occupation and possession in 2016, most of the occurrences in the state of Pará are related to gun violence presenting 4,215 cases, that is, 48.94% of the gun violence occurring in the northern region is derived from the state of Pará (CPT, 2016). Thereafter, the work, first and foremost, aimed to describe how the historical evolution of the intelligence activity conditioned its form of action adapting to the prevailing democratic precepts. The research then developed with a bibliographic and documentary survey on the case of the "No Logs" and how the Public Safety Intelligence Activity (AISP) was used as a tool of the decision-making process, based on the Weberian principle on the understanding of the paradigms of the theory of social organizations. Subsequently, it can be found that the new intelligence activity is based on specific methodologies, backed by ethics and legality, and that, in the case analyzed, the identification of the nature of the conflicts and the monitoring of their political processes and raised by Public Safety Intelligence Activity (AISP), contributed to the minimization of violent conflicts and the monitoring of the evolution of impacts in the occupied areas (uncovering deforestation, alternative illegal routes, aspects of social pseudomovement and enabling the development of strategies for action by public security forces).

KEY WORDS: Intelligence Activity; Knowledge Management; Territorial Conflicts.

LISTA DE FIGURAS**CAPÍTULO 2****ARTIGO CIENTÍFICO 2**

FIGURA 1: Quantidade de Conflitos por Terra, no período de 2003 a 2016, por Tipo de Conflito e Ano.....	56
FIGURA 2: Quantidade de Ocorrências de Conflitos por Terra, em 2016, por Unidade da Federação.....	57
FIGURA 3: Quantidade de Violência contra a Ocupação e Posse, na Região Norte e Estado do Pará, em 2016, por Tipo de Violência.....	57
FIGURA 4: Localização da Área de Estudo.....	63
FIGURA 5: Localização da Fazenda Santa Marta, Moju/PA.....	64
FIGURA 6: Evolução do desmatamento da Fazenda Santa Marta, Moju/PA.....	65
FIGURA 7: Desmatamento na Fazenda Santa Marta entre os anos de 1997 e 2017.....	66
FIGURA 8: Croqui Operacional da Fazenda Santa Marta.....	70

LISTA DE SIGLAS

PMPA	Polícia Militar do Pará.
SIE	Seção de Inteligência e Estatística.
EME	Estado Maior Estratégico.
CINT	Agente Territorial em Liberdade.
ABIN	Agencia Brasileira de Inteligência.
DNISP	Doutrina Nacional de Inteligência.
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública.
ELO	Elemento de Operações.
OB	Ordem de Busca.
RELINT	Relatório de Inteligência.
AISP	Atividade de Inteligência de Segurança Pública.
AIPM	Atividade de Inteligência Policial Militar.
DI	Departamento de Inteligência.
CDN	Conselho de Defesa Nacional.
SAE	Secretaria de Assuntos Estratégicos.
SNI	Serviço Nacional de Informações.
SFICI	Serviço Federal de Informações e Contra Informações.
FEB	Força Expedicionária Brasileira.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	12
1.1 INTRODUÇÃO.....	12
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO.....	13
1.3 JUSTIFICATIVA.....	14
1.4 OBJETIVOS.....	17
1.4.1 Objetivo Geral.....	17
1.4.2 Objetivos Específicos.....	17
1.5 HIPÓTESE.....	17
1.6 REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
1.6.1 A Construção do Território.....	18
1.6.2 A Atividade Madeireira e a Ampliação das Fronteiras Amazônicas.....	21
1.6.3 Tailândia/PA: Construindo a (multi) territorialidade.....	22
1.6.4 Os atores Territoriais.....	24
1.6.5 As relações entre os atores territoriais.....	28
1.6.6 O movimento dos Sem Toras.....	29
1.6.7 A Atividade de Inteligência de Segurança Pública.....	30
1.7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	33
CAPÍTULO 2 – ARTIGOS CIENTÍFICOS.....	36
2.1 – ARTIGO CIENTÍFICO 01 – A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA COMO FERRAMENTA DE ACESSORAMENTO PARA O PROCESSODECISÓRIO DO GESTOR PÚBLICO.....	36
1 INTRODUÇÃO.....	36
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	38
3 A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA.....	39
3.1 Embriões da Atividade de Inteligência no Mundo e no Brasil.....	39
3.2 Da Atividade de Inteligência em Tempos de Democracia.....	41
3.3 A Atividade de Inteligência e seus Caracteres Atuais.....	42
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
5 REFERENCIAS.....	47
2.2 – ARTIGO CIENTÍFICO 02 – OS SEM TORAS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O PAPEL ESTRATÉGICO DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA EM CONFLITOS TERRITORIAIS.....	50
1 INTRODUÇÃO.....	51
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	52
3 A DINÂMICA DOS CONFLITOS TERRITORIAIS NO ESTADO DO PARÁ	53
3.1 A Dinâmica dos Conflitos Territoriais em Tailândia/PA.....	58
3.2 Análise Cartográfica de Degradação da Fazenda Santa Marta.....	61
4 O Processo de Produção do Conhecimento pela Atividade de Inteligência em Segurança Pública – AISP, no Conflito Territorial da Fazenda Santa Marta.....	67
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
6 REFERENCIAS.....	73
CAPÍTULO 3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERENCIAS.....	78

APENDICE A – Solicitação de realização de pesquisa documental junto à Vara Agrária de Castanhal/PA.....	81
ANEXO I – Diretrizes e Comprovantes de submissão da Revista Brasileira de Segurança Pública.....	82
ANEXO II – Carta de Aceite de Trabalho desenvolvido com o Orientador	86

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1 INTRODUÇÃO

O Brasil e a Amazônia brasileira, em especial, possuem as mais variadas fontes para exploração comercial, desde os florestais, a biodiversidade, a mineração e as fontes energéticas com potencial econômico sendo, durante muitos anos, compreendidos como uma área de fronteira em expansão (BECKER, 1991).

A partir da década de 1960 a região Norte do Brasil passou a ser rota de fluxo migratório oriundo de outras regiões do Brasil que atravessavam uma reestruturação territorial durante o Regime Militar. É da mesma época o jargão que se referia à região como uma área de vazio demográfico: *terra sem homens para homens sem terras* (CASTRO ET AL, 2008). Era a tentativa do Regime Militar de ampliação e ocupação das fronteiras em uma tentativa de tomar posse dessa região do país e manter a segurança de seu projeto político de poder.

Foi a partir de década de 1970 que, para Pereira (1997) deu início a fase de criação de três projetos estratégicos do Estado na região amazônica com a finalidade de integração e desenvolvimento da Amazônia. Assim foram idealizados os Programas Integrados de Colonização (PIC) em áreas cortadas pelas rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, nesse mesmo período temos ações de implantação de projeto econômicos financiados pelo INCRA em áreas selecionadas estrategicamente pelo Estado.

Para Becker (1991), o Estado do Pará passou a ser alvo dessa estratégia de desenvolvimento da Amazônia Oriental. Nessa fase, surgem vários projetos econômicos nos eixos rodoviários paraense com a implantação de projetos de colonização, mineração, madeireiro, agropecuário e energético, afetando a dinâmica local e criando novos cenários de exploração dos recursos da região e ampliando os conflitos pela posse e exploração da terra com comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas já existentes na região.

Assim, esse projeto de pesquisa analisou as relações existentes entre os agentes que territorializaram a região e a utilização de pseudomovimentos sociais rurais de luta pela posse e propriedade da terra no município de Tailândia no Estado do Pará, como forma de burlar a vigilância e o controle estatal e, assim, ter acesso, de forma ilegal, a produtos florestais, especificamente, madeiras de alto valor econômico em áreas de reserva florestal e ambiental nos anos de 2007 a 2010, utilizando para tal, dados de instituições voltadas à preservação do meio ambiente e regularização fundiária (unidades de conservação, projetos de assentamentos, territórios indígenas e quilombolas), tais como: ITERPA, IBAMA, ICMBIO, Organizações não Governamentais – ONGs, AMAZON e outros.

E ainda, no que se refere às áreas ocupadas por movimentos sociais ou por pseudomovimentos (acampamentos e assentamentos), se analisou dados constantes dos levantamentos topográficos realizados e juntados a processos de reintegração de posse da Vara Agrária de Castanhal – Vara Judicial responsável pelo município de Tailândia – e, por fim, a disposição territorial da pecuária e da agroindústria do dendê.

Para compreender a evolução e a expansão da fronteira agrícola, pecuária e fundiária no período investigado, assim como, para traçar um paralelo entre a utilização dos pseudomovimentos, aqui denominados Movimento dos trabalhadores “Sem Toras” – MSToras, em alusão ao movimento dos trabalhadores sem terra – MST, e o desmatamento, para fins de mercado, das reservas naturais do município em questão, a produção cartográfica se mostrou essencial para cumprir tal objetivo.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

Historicamente, os conflitos pela posse e propriedade da terra, presentes em todas as regiões brasileiras, são marcados por inúmeros atos violentos envolvendo seus diversos atores. Segundo dados do relatório da Comissão Pastoral da Terra – Conflitos no Campo Brasil 2011, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) da Igreja Católica, o primeiro ano do governo Dilma Rousseff registrou aumento significativo no número de conflitos territoriais no país, que passou de 1.186 no ano de 2010 para 1.363 no ano de 2011. O relatório ressalta ainda, que no mesmo período, os conflitos específicos por terra tiveram um aumento de 21,32%, passando de 853 em 2010 para 1035 em 2011 (CANUTO; LUZ; WINCHINIESKI, 2011).

Nos conflitos específicos por terra, asseveram Canuto, Luz e Winchinieski (2011), também houve um aumento na participação do poder privado, em especial fazendeiros, empresários e madeireiros, onde dos 1.035 casos registrados no ano de 2011, 689 foram diretamente ligados ao poder privado.

Almeida (1992) entende que os conflitos territoriais no Brasil e na Amazônia Oriental são resultados de uma desconstrução do espaço rural desarticulada e sem uma presença efetiva do Estado, onde as instituições oficiais tem pouca ingerência e, até mesmo, presença física em várias partes do território nacional, ficando às instituições de segurança o cargo de tentar manter uma certa paz no campo, onde o estado se encontra ausente.

Esse entendimento converge para o entendimento de Becker (1991), onde a autora chama atenção para questões econômicas, sociais e políticas, as quais se relacionam nas

disputas locais pela posse e o poder da terra, e, onde os espaços agrícolas, agrários e ambientais são o foco de várias dessas querelas.

Lima e Pereira (2007) chamam a atenção para o fato de que a Amazônia sempre foi pensada como a última fronteira da expansão do capitalismo nacional e mundial em uma estrutura de conquista e controle do território baseada no velho projeto de modernização, no mito do progresso e da civilidade, na abundância de matéria prima e celeiro do mundo.

Neste contexto, com o aumento dos conflitos pela posse e poder da terra no Brasil, torna importante refletir teoricamente sobre os componentes da violência no campo e como elas se relacionam entre si nos últimos anos em virtude da aceleração dos processos de expansão das fronteiras do agronegócio, o que leva a mudanças do território e da balança de poder das regiões onde se desenvolvem e a uma intensa mudança de suas estruturas econômicas e sociais, o que por si só já é um fator de desestabilização do campo.

Com esse entendimento, definiu-se como questão central do trabalho compreender: como a atividade de inteligência auxiliou e assessorou os gestores governamentais no processo de identificação das novas dinâmicas de conflitos pela posse e utilização da terra e dos agentes territoriais que visam burlar o sistema legal do Estado?

1.3 JUSTIFICATIVA

Este trabalho abordou a construção territorial rural do município de Tailândia entre os anos de 2007 a 2010 com todas as suas implicações, nuances e peculiaridades, analisando as relações de poder e as tensões ali existentes, assim como a atuação do serviço de inteligência de segurança pública do Estado do Pará como instrumento de prevenção e controle, visando o assessoramento do processo decisório dos gestores e auxiliando a construção de uma política de atuação proativa.

Para Veríssimo *et al* (2002), nos últimos anos o município de Tailândia teve como principal base econômica o extrativismo madeireiro e a produção agropecuária. Esse crescimento da exploração madeireira se deu, principalmente, com a abertura da rodovia PA-150 nos anos de 1970, assim foi observado que, no município de “Tailândia, camponeses e madeireiros, combinados com pequenas serrarias, exploram a floresta Amazônica, num típico modelo de Fronteira” (VERÍSSIMO *et al.*, 2002, p.06).

Desta forma, o município de Tailândia/PA teve seu território moldado sob a ótica da exploração da matéria-prima, onde o território “é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático, ator que realiza um programa, em qualquer nível” (RAFFESTIN, 1993, p.143). Discutir essas questões, representa discutir a própria questão agrária no Pará.

Esses atores sintagmáticos se relacionam de diversas formas criando redes e malhas onde circulam o poder e, conseqüentemente, moldam o espaço e criam um determinado território, enfim, eles vivenciam o processo e o produto territorial por meio das relações existenciais e produtivas, modificando não apenas suas relações com a natureza como também as relações sociais (RAFFESTIN, 1993).

Para Veríssimo *et al.* (2002), o crescimento das relações e dos conflitos pela posse e uso da terra no município de Tailândia/PA, se deu durante o processo de colonização das áreas localizadas as margens da Rodovia PA-150, organizado e incentivado pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA) durante os anos de 1978.

Apoiando-se na abertura de um sistema rodoviário e na distribuição de terras, as ações da União atraíram uma intensa imigração de populações extra-regionais, de famílias de “colonos” que vinham na esperança de assentamento nas áreas dos “Projetos Integrados de Colonização” (CASTRO *et al.*, 2008, p.13).

Ainda, durante este processo, observam Veríssimo *et al.* (2002), cerca de 67% dos colonos pertenciam a outros Estados da federação e destes cerca de 73% atuavam diretamente na extração madeireira. De tal modo, observa-se que o espaço ali dividido já estava sendo moldado para uma determinada atividade. Ressalta-se ainda que com mais da metade dos colonos oriundos de outros Estados, com família e sem incentivos fiscais, houve a utilização da matéria ali existente para garantir a subsistência da família durante o período de desbravamento da floresta, preparação da terra, plantio, colheita e comercialização dos recursos produzidos, tornando a exploração madeireira uma segunda atividade econômica para os colonos. A falta de fiscalização e controle estatal sobre os exploradores aumentou e incentivou a prática.

Para Castro *et al.* (2008), essas dinâmicas territoriais de colonização, orientadas pela ação do Estado, na Amazônia Oriental, foram idealizadas, principalmente, na época do regime militar e orientadas ao uso e prospecção da matéria prima existente na região. Deste modo, teve início “um processo duradouro de concorrência pela terra e pelos recursos naturais entre diversos atores, o que resultou em conflitos diversos” (CASTRO *et al.*, 2008, p.13).

Com o enrijecimento das legislações que regulam e controlam a extração e comercialização de produtos florestais, as indústrias madeireiras tiveram que organizar estratégias para burlar os mecanismos de controle do Estado.

Neste nível, os exploradores buscaram estratégias que possibilitassem a continuação de seus atos e o conforto de suas ações, uma zona temporariamente vazia, um vácuo

momentâneo de poder estatal que permitisse a instalação e o acortinamento de suas atuações. Nesta esteira de ideias, as ocupações ou invasões territoriais realizadas por movimentos sociais rurais de luta pela posse e uso terra, mostraram-se um campo fértil para essas aplicações, uma vez que seguem um rito judiciário específico que, em geral, levam meses para que a decisão de reintegração de posse da área em litígio seja realizada, tempo suficiente para exploração e comercialização ilegal dos produtos florestais ali existentes.

Um exemplo característico da nova dinâmica é a forma como os indivíduos e grupos envolvidos com as atividades ilícitas inventam processos de decisão ou novos ordenamentos do real para dominar, principalmente, os espaços nos quais o Poder Público está ausente (SOUZA, 2016, p.15-16).

Assim, analisou-se como a ausência parcial ou total do Estado e dos seus mecanismos de fiscalização, facilitou o nascimento de um pseudomovimento social rural, de luta pela posse e uso da terra que, na realidade, buscou mascarar suas reais intenções: a exploração e a comercialização de produtos florestais. Este pseudomovimento, o Movimento dos Trabalhadores “Sem Toras”, denominação dada pelos verdadeiros movimentos sociais em alusão ao Movimento dos Trabalhadores Rurais “Sem Terra” (MST) atuou livremente no município de Tailândia/PA sob o manto da legalidade processual.

Neste contexto, a Atividade de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Pará atuou na identificação e acompanhamento desta nova dinâmica de ocupação e tensão territorial, assim como na identificação dos atores territoriais e das relações de poder existentes entre eles, com o objetivo de alimentar os gestores de segurança pública com informações oportunas e confiáveis que facilitassem o entendimento do fenômeno e, posteriormente, a tomada de decisões mais acertadas para a situação. Deste modo, pode-se dizer que a “inteligência é toda informação coletada, organizada ou analisada para atender as demandas de um tomador de decisões” (CEPIK, 2011, p.27).

Ainda neste eixo de pensamento, a Atividade de Inteligência figurou como um mecanismo de prevenção e controle do Estado, observando, identificando, acompanhando e assessorando, por meio de conhecimentos confiáveis e oportunos, os gestores de segurança pública. Compreender inteligência, nesta toada, é compreender a importância do manejo da informação para fins de utilização em prol do interesse público, conforme se revela no estudo.

O controle de informação, dentro dos estados modernos, pacificados, com sistemas de informação muito rápidos, transporte, e técnicas sofisticadas de segregação, pode ser diretamente integrado a supervisão de conduta de forma a produzir uma alta concentração de poder do Estado. A vigilância é a

condição necessária do poder administrativo dos Estados, quaisquer que sejam os fins a que esse poder se dirija (GIDDENS, 2008, p.320).

Observou-se, ainda, a importância da análise do fenômeno em questão, avaliando o espaço e, por conseguinte, a ação dos atores territoriais, as tensões e as relações resultantes das contendas oriundas das formas de poder evidenciadas e envolvidas na construção do território.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Analisar a atuação da atividade de inteligência da Polícia Militar do Estado do Pará como instrumento de prevenção e controle estatal nas tensões territoriais resultantes da atuação do movimento dos “Sem Toras” no município de Tailândia/PA entre os anos de 2007 a 2010.

1.4.2 Objetivos Específicos

Analisar o processo de construção do território pela ação dos agentes envolvidos com a questão dos conflitos territoriais no município de Tailândia/PA entre os anos de 2007 a 2010.

Compreender o papel dos órgãos de segurança do Estado, em especial a atuação da inteligência da Polícia Militar, nas diferentes fases do conflito territorial.

Descrever a construção do movimento dos “Sem Toras” em sua dinâmica de ocupação e exploração do território no município de Tailândia/PA.

1.5 HIPÓTESE

A Atividade de Inteligência pode ser entendida como o exercício sistemático de ações especializadas voltadas para a coleta de informações, identificação, acompanhamento e avaliação de ameaças reais ou potenciais na esfera da segurança pública, bem como para a obtenção, a produção e a salvaguarda de conhecimentos, informações e dados relacionados às ações do Estado e assuntos de interesse estratégico ou potencial para o mesmo. De tal modo, essa atividade cuja natureza está no assessoramento do processo decisório, auxilia o planejamento de ações de segurança pública visando maximizar os resultados positivos e minimizar os danos. Partiu-se da hipótese de que a ação da atividade de inteligência de segurança pública, voltada como instrumento de prevenção e controle do Estado, apresentou

vantagens estratégicas na dinâmica da identificação e prevenção de conflitos territoriais rurais no município de Tailândia/PA, possibilitando o acompanhamento das ações de pseudomovimentos sociais rurais, de luta pela posse e uso da terra que, na realidade, buscavam mascarar suas reais intenções, a exploração e a comercialização de produtos florestais.

1.6 REFERENCIAL TEÓRICO

1.6.1 A construção do Território

Partindo do exposto sobre os conflitos territoriais, entende-se a necessidade de uma avaliação mais profunda da transformação do espaço e, da conseqüente formação em território, por meio das ações entre os agentes e as tensões territoriais, assim como, entre os agentes territoriais e suas relações de poder com o Estado e demais organizações, exercem nesta formação e na ampliação das fronteiras agrícolas. Neste contexto, Raffestin (1993) classifica que o território nada mais é do que o resultado das tensões existentes entre atores sociais.

Ainda seguindo os preceitos de Raffestin (1993), são esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um processo do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades, cuja permanência é variável, mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias.

O território é também um produto consumido ou, se preferirmos, um produto vivenciado por aqueles mesmos personagens que, sem haver participado de sua elaboração, o utilizam como meio. É, então, todo o problema da territorialidade que intervém, permitindo verificar o caráter simétrico ou dissimétrico das relações de poder. A territorialidade reflete, com muita segurança, o poder que se dá ao consumo por intermédio de seus produtos (HAESBAERT, 2014).

A natureza da utilização da terra e os agentes de sua apropriação privada constituem elementos imprescindíveis para a compreensão da escalada dos conflitos fundiários na fronteira amazônica. Para Becker (1991), a criação de gado para corte pode ser entendida como uma das formas de organização da atividade produtiva nas terras de fronteira.

Essa escolha pela pecuária extensiva, pode ser explicada pela sua capacidade em capitalizar a agricultura a curto prazo e, ao mesmo tempo, justificar a apropriação de grandes quantidades de terra por poucos. Além da pecuária, podemos citar também o desmatamento e a expansão da fronteira agrícola, em especial o dendê, que nos últimos anos, no município de

Tailândia/PA, vem alargando suas fronteiras e intensificando o processo de conflitos por áreas disputadas.

Para Sant'Anna e Young (2008), pode-se identificar mais dois grupos de agentes que possuem grande parcela das terras na região: as empresas agrícolas e os fazendeiros individuais. Além desses dois grupos, há ainda outros dois tipos de agentes importantes para a compreensão da disputa pela posse da terra na fronteira: os pequenos produtores e os grileiros. Outro agente territorial envolvido nesta tensão, conhecido e conceituado, principalmente no sul e sudeste do Estado do Pará, é:

...responsável em organizar as invasões, formar grupos, conduzi-los e orientá-los antes e durante a invasão. O 'Cabeça de grilo' também seria a pessoa que lucrava com a invasão, quer tratar-se da venda da madeira ou da venda do gado roubado (COSTA, 1999, p. 143).

Ainda neste debate, os movimentos sociais de luta pela posse, uso e propriedade da terra complementam o rol de agentes territoriais ou por se posicionarem no campo de tensões ou por serem utilizados como pano de fundo para outras ações e as tensões oriundas da ação destes movimentos são de fundamental importância para a formação do território.

Amiúde das definições de movimentos sociais, a qual não é uníssona, podemos dizer tratar de uma ação coletiva contemporânea, uma rede de grupos que compartilham cultura de movimento e uma identidade coletiva, enfim os campos de ação permanecem, mas os atores são temporários (GOSS; PRUDÊNCIO, 2004).

Segundo essa análise, Sant'Anna e Young (2008) argumentam que a empresa agropecuária consolidou o seu domínio na região na década de 1970, "uma vez que o governo considerava impraticável a colonização baseada em pequenos e médios proprietários, e por isso o próprio governo deveria avaliar e creditar subsídios aos empresários" (BECKER, 1991, p. 26). Esse processo de apropriação da terra baseado em empresas subsidiadas pelo governo alterou a estrutura da concentração fundiária na região amazônica, estimulando fazendas de enormes dimensões e, por consequência, a estrutura social, ao expulsar os posseiros e induzir os fazendeiros a vender suas terras.

Assim, para Becker (1991) e Sant'Anna e Young (2008), essas empresas, em virtude de sua maior capacidade financeira, acabavam desmatando áreas maiores e em ritmo mais intenso. O grande fazendeiro individual é pecuarista por tradição e utiliza a terra não só como reserva de valor, mas também como fator de produção. No entanto, o fazendeiro dispõe de

menos recursos do que a empresa agrícola. Sendo assim, acabava contratando menos trabalho assalariado para a implantação do pasto e desmatando menos, embora de forma contínua.

Os pequenos produtores, em geral posseiros, pequenos proprietários, meeiros e arrendatários, representavam uma parcela significativa da população, mas não da área apropriada. Os posseiros continuavam ocupando terras na fronteira, uma vez que ainda havia estímulo econômico para a ocupação de terras. No entanto, esses agentes são os que mais sofrem a ação violenta na região, já que para Becker (1991, p.30) “o movimento de expansão das empresas empurra os pequenos produtores para terras menos férteis e/ou menos acessíveis, através do violento processo de expulsão e expropriação de suas terras”, o que tem como uma de suas consequências o aumento de áreas com concentração de pobres e de insatisfação, o que por si só acaba sendo um dos componentes que influenciam a violência no campo.

Apesar da violência à qual são geralmente submetidos os pequenos produtores rurais e da falta de uma política governamental de incentivos fiscais, que, de forma geral, acaba por favorecer mais os grupos de interesses poderosos, locais e nacionais, instalados na Amazônia Paraense, há três razões que asseguram a sobrevivência da pequena produção: a produção de alimentos baratos para a crescente população urbana; a possibilidade eventual da venda de sua força de trabalho; e as estratégias de sobrevivência do produtor, seja mediante uma resistência pacífica, seja através da luta organizada pela terra.

Finalmente, o grileiro é o agente cujo expediente para obter extensões de terra é a falsificação de títulos de propriedade. Trata-se de um personagem clássico na expansão das fronteiras agrícolas brasileiras, que exerce um papel central nas áreas de dominância de empresas e fazendas (BECKER, 1991, p. 31). Portanto, “todos os atores sintagmáticos estão engajados num complexo jogo relacional: não vivem, sobrevivem, se desenvolvem, crescem somente pelas relações” (RAFFESTIN, 1993, p.41).

A generalização da violência na fronteira, nas duas últimas décadas, é identificada, tanto por Becker (1991) quanto por Almeida (1992), como uma característica estrutural do tipo de desenvolvimento capitalista da região, posto que:

As inovações técnicas decorrentes do novo dinamismo econômico no campo têm (...) função nitidamente conservadora porquanto não podem ser dissociadas do monopólio da terra, dos mecanismos de imobilização e de atos coercitivos como forma de resolução de conflitos agrários (ALMEIDA, 1992, p.260).

Dessa forma, se pode dizer que as ações promovidas pelo Estado, grosso modo, contribuíram para a intensificação dos conflitos ao favorecer, sobretudo, grupos empresariais e grandes fazendeiros. Deste modo, os conflitos eram interpretados pela tecnocracia estatal como fatores inerentes à modernização da agricultura, onde a concentração fundiária seria o caminho natural da apropriação da terra na fronteira.

Contudo, constata-se que a retórica da integração e da colonização, também presentes nas políticas estatais, deixa entrever a existência de objetivos conflitantes que apontam para dificuldades no planejamento estatal para a ocupação da Amazônia.

1.6.2 A atividade Madeireira e a Ampliação das Fronteiras Amazônicas.

O Brasil e a Amazônia brasileira, em especial, possuem recursos florestais com grande potencial econômico. O fluxo migratório populacional, oriundo de outras regiões do Brasil, para a região norte, em busca da nova fronteira madeireira teve seu ápice a partir da década de 1960, em virtude da exaustão dos citados recursos no sul e sudeste do país e da abertura de estradas realizadas pelo governo.

Neste cenário, o Estado do Pará, como em nenhum outro estado da região, tomou a atividade madeireira como principal fonte de geração de renda.

As primeiras tentativas de ampliação da fronteira amazônica se deram por meio de colonos no início dos anos 1960, por ocasião da abertura de novas estradas que cortavam a floresta. Mas, em virtude da falta de condições gerais para sua instalação, tais como: infertilidade do solo, falta de infraestrutura, doenças, falta de créditos governamentais, entre outros, o projeto fracassou. Outra tentativa se deu por intermédio de fazendeiros que, apesar dos incentivos governamentais, se depararam com as mesmas dificuldades encontradas pelos colonos e, desta feita, o projeto também não logrou êxito. Já na década de 1970, foi a vez de um terceiro segmento instalar-se na Amazônia brasileira e tentar expandir suas fronteiras, tratava-se dos madeireiros.

A atividade madeireira, vista como atividade econômica, já estava instalada no Sul e Sudeste do Brasil e buscava uma nova fronteira de exploração, tendo em vista que a exploração naquelas regiões já estava bastante comprometida pelo histórico uso das matérias territoriais (VERÍSSIMO *et al.*, 2002).

Para Nectoux e Kuroda (1989), a exaustão das florestas da Ásia, responsável por cerca de 7% do mercado internacional de madeira, gerou uma procura ainda maior pelo produto, colocando a Amazônia como foco principal para abastecimento deste mercado.

Segundo dados da FIBGE (1987), em 1976 a produção de madeira em tora na Amazônia era de 4,5 milhões de metros cúbicos, cerca de 14% da produção brasileira, já em 1987 a produção girava em torno de 24,6 milhões de metros cúbicos, cerca de 54% da produção brasileira.

1.6.3 Tailândia/PA: Construindo a (multi) Territorialidade.

Dentro desta perspectiva de ampliação da fronteira amazônica e de afirmação da atividade madeireira, surge o município de Tailândia no Estado do Pará, localizado na mesorregião Nordeste, a cerca de 260 km de Belém, capital do Estado, possui uma área total de 4.430,222 km² e uma população de 79.297 habitantes (LOPES DA SILVA, 2011). O município é cortado pela rodovia PA-150, rodovia que liga o nordeste ao sudeste paraense.

A abertura da PA-150, na década de 1970, possibilitou e facilitou o fluxo de pessoas e produtos entre as regiões paraenses e tinha como objetivo principal ligar os portos de Belém e de Vila do Conde, ao sul e sudeste do Estado do Pará. Mas também possibilitou, por meio de seu corredor, a instalação de madeireiras e serrarias ao longo do leito. Especificamente, no que tange ao trabalho em epígrafe, no município de Tailândia-PA.

Apoiando-se na abertura de um sistema rodoviário e na distribuição de terras, as ações da União atraíram uma intensa imigração de populações extra regionais, de famílias de “colonos” que vinham na esperança de assentamento nas áreas dos “Projetos Integrados de Colonização (CASTRO *et al.*, 2008, p.13).

Além disso, em consequência da abertura da Rodovia PA-150, um projeto de colonização foi estabelecido pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA) nas terras próximas a rodovia, o qual visava assentar cerca de 3000 famílias em uma área de 158.400 hectares (VERÍSSIMO *ET AL.*, 2002).

O asfaltamento da Rodovia PA-150, em meados da década de 1980, intensificou ainda mais a procura pela atividade madeireira na região, alavancada pela facilidade e velocidade do transporte de produtos florestais. Assim, as madeireiras e serrarias que, inicialmente, estavam dispostas próximo ao núcleo urbano da cidade para facilitar a logística, puderam se deslocar para áreas mais distantes. O fluxo de migrantes também foi facilitado com o asfaltamento da rodovia. Neste período, especificamente, Veríssimo *et al.* (2002) observam que os colonos, madeireiros e pequenas serrarias exploraram a floresta em um típico modelo de fronteira.

A rua vai ser também aquilo por meio do que se levam as mercadorias, vai ser também aquilo ao longo do que vai haver lojas. A rua vai ser aquilo pelo que vão poder transitar os ladrões, eventualmente os amotinados, etc. Portanto são todas essas diferentes funções da cidade, umas positivas, outras negativas, mas são elas que vai ser preciso implantar no planejamento (FOUCAULT, 2008, p.26).

Nesta esteira de ideias, a modificação do espaço se dá através da ação dos agentes territoriais, das relações de poder exercidas por cada um deles e, principalmente, por intermédio da construção de uma territorialidade (RAFFESTIN, 1993), que, naquele momento, baseava-se em relações capitalistas de mercado, direcionadas à exploração de recursos florestais, no caso, a retirada de madeira em pé ou em toras para o beneficiamento nas madeireiras locais e a comercialização para os mercados nacional e internacional.

Deste modo, a territorialidade é construída a partir do que a sociedade vive em um território ou ainda:

Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e ou produtivas, todas são relações de poder, visto que há interações entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais (RAFFESTIN, 1993, p.158).

Para melhor entendimento da construção desta multiterritorialidade no município de Tailândia-PA, houve a necessidade de conhecer os atores territoriais que, através de suas relações, transformaram o espaço e, conseqüentemente, construíram a territorialidade da sociedade ali estabelecida (HAESBAERT, 2014).

Houve, ainda, a necessidade de conhecer as estratégias e os objetivos de cada ator, as ações e reações diante do estabelecimento das relações de poder entre eles e, principalmente, identificar e analisar as relações destes atores territoriais com o ator principal, o Estado.

Assim deve-se estar atento para as formas com que o poder se apresenta, pois:

O poder nome comum se esconde atrás do Poder, nome próprio. Esconde-se tanto melhor quanto maior for sua presença em todos os lugares. Presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem. A ambigüidade se encontra aí, portanto, uma vez que há o “Poder” e o “poder” (RAFFESTIN, 1993, p.52).

A partir desta visão, onde toda relação social é, inevitavelmente, uma relação de poder, analisar a nodosidade gerada através dos conflitos de interesses e da imposição do poder econômico, em uma região que há um grande vazio ou vácuo de atuação estatal, e, por isso, abre precedente para que este vazio seja, imediatamente, preenchido por atores que

exercem mais poder hegemônicos sobre os demais, podendo levar, inclusive, a utilização do poder em sua forma extrema, a Violência.

1.6.4 Os Atores Territoriais

Para Raffestin (1993), cada agente sintagmático territorializa seu espaço sem que, obrigatoriamente, haja um ordenamento lógico ou um ordenamento imposto pelo Estado. E, ainda, cada ator possui seu projeto sintagmático que quer pôr em prática, o qual, gira em torno de fatores ideológicos, culturais, econômicos ou financeiros. Como cada ator ou grupo de atores possui seus próprios projetos, estes, por sua vez, entram em conflito.

Ainda nesta linha de pensamento, e para que se possa consolidar um sistema territorial, é necessário estabelecer a repartição da superfície (Projeto Integrado de Colonização – PIC), a implantação de nós (projetos sintagmáticos, estratégias e objetivos diferentes) e a construção de redes (relações sociais e de poder).

Os elementos constitutivos são: os atores, a política dos atores – ou o conjunto de suas intenções, isto é, suas finalidades – a estratégia deles para chegar a seus fins, os mediadores da relação, os diversos códigos utilizados e os componentes espaciais e temporais da relação. Aparentemente não é dado nenhum espaço ao poder, que, no entanto, orienta nossa reflexão. Mas isso apenas na aparência, pois o poder está presente, faz parte de todo processo relacional (RAFFESTIN, 1993, p.38).

No caso de Tailândia-PA, os projetos sintagmáticos tinham direta relação com a matéria prima que a região dispunha. Há ainda a necessidade de se conhecer o sentimento de pertencimento dos atores ao território. Veríssimo *et al.* (2002) identificam que apenas 33% dos colonos entrevistados eram provenientes do próprio estado do Pará e, os demais, 67% eram de outras regiões do Brasil.

Em uma análise mais rápida, pode-se dividir os agentes sintagmáticos envolvidos na questão territorial de Tailândia-PA em: a) Atores territoriais que possuem matéria prima para exploração (Fornecedores); b) Atores territoriais que exploram a matéria prima (Exploradores).

a) Atores territoriais que possuem matéria prima para exploração – (Fornecedores): Dentro desta categoria identificam-se os fazendeiros, os colonos e o Estado, assim temos:

Os Fazendeiros (grandes e médios proprietários), em sua maioria, eram oriundos de outras regiões do Brasil, com predominância da região Centro-Sul, e passaram a investir na região, principalmente, pelos baixos preços das terras. Suas áreas possuíam grandes reservas ambientais, pastos e pecuária em formação e as derrubadas eram comuns para a formação dos

pastos e a venda das toras de madeira auxiliavam e implementavam a renda (POKORNY; SOUSA, 2000; VERRÍSSIMO et al., 2002).

Os colonos eram pequenos proprietários e operavam com pouco capital, raramente tinham incentivos governamentais, o rebanho era pequeno e a área era desmatada, normalmente, para implantação de pastos e roças. Os colonos eram os principais fornecedores de madeira em toras por diversas razões que serão vistas a seguir. Mas destaca-se a proximidade de seus lotes de terra (50 a 100ha) da Rodovia PA-150 (POKORNY; SOUSA, 2000; VERRÍSSIMO et al., 2002).

Para melhor entendimento das motivações que conduziam os colonos a vender madeiras em toras de seus lotes, tem-se que compreender, também, as dificuldades e as relações territoriais que esses agentes mantinham, senão vejamos:

Pertencimento: a grande maioria dos colonos assentados no município de Tailândia-PA, pertenciam a outras regiões do país e, inclusive, já estavam migrando de outras regiões do Pará. Portanto, não havia sentimento de amor pela terra, ou seja, estes colonos não pertenciam à região e ali estavam em busca da subsistência própria e de suas famílias a qualquer custo.

Dentro desta questão, Haesbaert (2014) discute a condição “transmigratória”, especialmente, aos grupos que em grande parte do tempo estavam “circulando por diferentes lugares e atividades, principalmente em função da precarização e instabilidade nas condições de trabalho, envolvidos frequentemente em circuitos ilegais da economia” (HAESBAERT, 2014, p.283).

Ausência do Estado: apesar dos incentivos governamentais – poucos, diga-se de passagem –, os colonos se ressentiam de infraestrutura básica para a área rural, tais como: estradas que facilitassem o acesso aos lotes e a zona urbana, assistência médica e hospitalar, sistema educacional para crianças, condições para escoamento da produção assim como um mercado que absorvesse a produção, dentre outros.

Diante destes fatos, observa-se que a dinâmica de subsistência dos colonos, ou seja, a dinâmica de agricultura familiar dessas pessoas também contribuiu para o evento, pois, por possuírem poucos ou nenhum incentivo governamental, seus recursos financeiros eram mínimos e havia a necessidade de se manter e à sua família com produtos de alimentação, vestuário, remédios e outros itens essenciais para a sobrevivência por um logo período que compreendia desde a sua instalação no lote de terra, derrubada da mata para implantação de roças e pastos (conhecido como brocar), plantio, cultivo, colheita e, ulterior, escoamento e venda da produção, que à época operava a preços baixíssimos. Enfim, durante todo este

período o colono tinha a venda da madeira como um meio de complementar a economia familiar (POKORNY; SOUSA, 2000; VERRÍSSIMO *et al.*, 2002).

Assim, observam-se dois tipos de colonos que se beneficiavam da atividade madeireira: os fornecedores simples e os extratores. Para Veríssimo *et al.* (2002), os colonos fornecedores simples são aqueles que apenas vendem as toras de madeira sem se envolver na extração; por sua vez, os colonos extratores derrubavam as árvores e as vendiam em toras, sem transportá-las. Há, ainda, os colonos que não se beneficiaram da exploração madeireira.

Ainda dentro desta classificação, o Estado desponta como proprietário de áreas devolutas, que são grandes áreas próximas as estradas, as quais estavam, praticamente, intocadas, podendo servir para assentamentos e para exploração.

b) Atores territoriais que exploram a matéria prima (Exploradores): dentro desta categoria identificam-se os extratores, as serrarias, os toreiros, os trabalhadores e os comerciantes ou madeireiros autônomos.

Os extratores, na sua maioria, eram oriundos da região sul e sudeste do Brasil e, grande parte, já pertencia ao ramo madeireiro. Os nordestinos eram a segunda maior parcela de extratores e em sua maioria vinham do estado do Maranhão, assim a menor parte dos extratores era paraense. (VERÍSSIMO *et al.*, 2002)

Para Pokorny e Sousa (2000), os extratores possuíam capital, equipamentos e equipe especializada para a extração da madeira e, em alguns casos, terceirizavam seus serviços para outros. Mas, tipicamente, compravam as árvores em pé, diretamente dos colonos e fazendeiros, e as revendiam em toras para as serrarias. Havia, também, ocasiões em que os extratores compravam os lotes dos colonos que não conseguiam se manter por preços baixos e o exploravam diretamente.

Assim como os extratores, os proprietários de serrarias instaladas em Tailândia-PA, em sua maioria, vinham das regiões Sul e Sudeste do país, afirma Veríssimo *et al.* (2002), e suas serrarias, inicialmente, eram de pequeno porte, desperdiçavam muito e concentravam suas produções em um único produto: prancha de madeira de alto valor comercial. Com o passar do tempo, as serrarias foram se modernizando, industrializando e diversificando as operações, principalmente, com o objetivo de atender os rigorosos termos de qualidade do mercado internacional.

Os toreiros são pequenos extratores com pouco ou quase nenhum capital e, geralmente, eram nordestinos ou paraenses. Possuíam apenas um caminhão velho e em péssimas condições de trafegabilidade, podiam ser terceirizados, transportavam poucas toras

de madeiras por viagem e compravam árvores em pé de pequenos colonos (POKORNY; SOUSA, 2000).

Os caminhões usados pelos toreiros eram chamados de bufetes e, por isso, também possuíam a denominação de bufeteiros. Os toreiros possuíam, normalmente, dois ajudantes – às vezes pertencentes à família – os quais eram chamados de catraqueiros, expressão usada devido ao embarque manual das toras de madeira nos bufetes serem feitas com o auxílio de catracas.

Com a escassez de madeiras de alto valor, a criação de áreas de preservação e a maior fiscalização ambiental do Estado, dentre outros fatores, fez com que o trabalho realizado pelos toreiros diminuísse e, conseqüentemente, fosse terceirizado para fins de extração ilegal de madeiras de alto valor, iniciando assim a formação do pseudomovimento denominado “Sem Toras”.

No início da colonização do município, os toreiros tiveram uma acentuada participação na extração madeireira. Entretanto, com o distanciamento da fonte de matéria-prima esta participação foi modificada. Em 1994 haviam 272 toreiros cadastrados pelo Sindimata e, em 1998, reduziu para 82, demonstrando a diminuição da atividade exploratória pelos mesmos. Eles estavam buscando formas alternativas de continuarem na região, por não venderem somente as toras, mas também estacas, mourões, etc. (POKORNY; SOUSA, 2000, p. 29).

Os *Trabalhadores* eram, em maior parte, cidadãos locais que são contratados, temporária ou permanentemente, para desenvolver, basicamente, três tipos de serviços: no escritório das serrarias, na indústria ou na exploração florestal. Os trabalhadores eram, principalmente, de origem nordestina, especialmente do Maranhão, possuíam pouca instrução, raramente tinham treinamento, a maior parte eram temporários e no período chuvoso, os permanentes, também desenvolviam atividades na indústria.

Os comerciantes de madeira, atravessadores ou madeireiros autônomos, eram os agentes sintagmáticos que circulavam em todas as fases do processo de extração sem que, necessariamente, participasse delas. Os atravessadores, como também eram conhecidos, possuíam todos os contatos necessários para fazer com que a madeira circulasse desde a extração até a comercialização. Para Pokorny e Sousa (2000) e Veríssimo et al. (2002), os madeireiros autônomos terceirizavam as etapas do sistema de beneficiamento dos produtos florestais: a extração, o transporte, a industrialização e a comercialização.

Como se observa, a territorialidade ou, para Haesbaert (2014), a multiterritorialidade, foi construída no município de Tailândia-PA por migrantes, temporários ou permanentes, que

possuíam, em sua maioria, motivações econômicas, ou seja, houve um grande deslocamento humano para o município onde o setor produtivo madeireiro concentrava uma maior, ou melhor, oportunidade de trabalho ou de investimento.

Esse fluxo migratório observado na Amazônia paraense e, no caso, em Tailândia-PA, contou com o incentivo estatal à época, mas não levou em consideração que a falta de controle e vigilância do Estado na região poderia gerar uma expansão descontrolada da fronteira e, posteriormente, o desmatamento descontrolado dos recursos da região.

1.6.5 As Relações entre os agentes territoriais.

A atividade madeireira em Tailândia-PA teve reflexos não somente na área rural, mas também nas instituições governamentais, comércio entre outros.

Na área rural observou-se que a atividade madeireira gerou relações sociais, territoriais ou de poder com todos os agentes ali identificados. Para o colono, modo geral, a atividade madeireira se tornou parte da economia familiar, além de servir, na ausência do Estado, como facilitador – ou parceiro – na construção de estradas, transporte de pessoas à área urbana, escoamento da produção agrícola entre outros.

Das 40 vicinais da PA-150, 36 eram adequadas ao tráfego de veículos. As outras quatro eram apenas caminhos na floresta. No total, esses 36 ramais representavam 272 km. 69% dessas estradas foram abertas por madeireiros, embora em um terço das estradas os madeireiros também tivessem a colaboração de colonos e fazendeiros (VERÍSSIMO *et al.*, 2002).

Para o médio e grande proprietário - ou *fazendeiro* - as relações com os agentes exploradores eram, até certo momento, benéficas, pois geravam uma renda suplementar ao mesmo tempo em que auxiliavam no desmatamento para a formação de pastagem e a utilização de madeiras, consideradas de 2ª linha, para a construção de cercas e currais. Mas, noutro momento, tendo em vista que o fazendeiro possuía recursos financeiros e conservava uma reserva de produtos florestais com fins especulativos e de lei, gerava relações conflituosas.

Havia reflexos, ainda, no comércio local – área urbana – uma vez que todos os agentes territoriais, direta ou indiretamente, envolvidos precisavam de provisões para subsistência própria e de outrem. A rede de hotelaria, bares e boates também foi alcançada por este aumento populacional e econômico. Também houve reflexos nas redes bancárias e de instituições governamentais.

Com a afirmação de uma sociedade preocupada, cada vez mais, com o tema segurança, em suas várias formas, sejam elas: política, econômica, ambiental, ideológica ou de estratégias militares (HAESBAERT, 2014), assim como o acirramento do controle estatal, fez com que o Estado passasse a observar melhor os desdobramentos ambientais em todo o país e, em Tailândia-PA não foi diferente.

A questão ambiental passou a ser vista, então, como setor que estava entrando em uma crise sócio ambiental, o que colocaria em risco toda a sociedade e mereceria a adoção de medidas preventivas determinadas e orientadas ao controle estatal e, então “fica claro que o discurso da segurança, para além de suas afirmações empíricas, é também um produto (e produtor) fundamental do neoconservadorismo contemporâneo” (HAESBAERT, 2014, p.155).

1.6.6 O Movimento dos “Sem Toras”.

Como anteriormente comentado, o enrijecimento das legislações que regulam e controlam a extração e comercialização de produtos florestais, as indústrias madeireiras tiveram que organizar estratégias para burlar os mecanismos de controle do Estado. Neste nível, os agentes exploradores buscaram estratégias que possibilitassem a continuação de seus atos e o conforto de suas ações, uma zona rarefeita de poder estatal que permitisse a instalação e o acortinamento de suas atuações.

Nesta esteira de ideias as ocupações ou invasões territoriais realizadas por movimentos sociais rurais de luta pela posse e uso terra, mostraram-se um campo fértil para essas aplicações, uma vez que seguiam um rito judiciário específico que, em geral, levavam meses para que a decisão de reintegração de posse da área em litígio fosse realizada, tempo suficiente para exploração e comercialização ilegal dos produtos florestais ali existentes.

Assim, durante este trabalho restou comprovados que a ausência parcial ou total do Estado e dos seus mecanismos de fiscalização, facilitou o nascimento de um pseudomovimento social rural de luta pela posse e uso da terra que, na realidade, buscou mascarar suas reais intenções, a exploração e a comercialização de produtos florestais. Este pseudomovimento, os “Sem Toras” – denominação dada pelos verdadeiros movimentos sociais –, em alusão aos “Sem Terra”, atuou livremente no município de Tailândia sob o manto da legalidade processual.

Dentro deste raciocínio a questão ambientalista global e em Tailândia-PA passou a ser vista como um risco que interfere diretamente na transformação climática do planeta. Assim, a intervenção estatal, principalmente, no controle ambiental foi intensificada e, dentro deste

núcleo coercitivo ou controlador, pode-se identificar a atividade de inteligência como instrumento de assessoramento de autoridades governamentais para a tomada de decisões.

1.6.7 A Atividade de Inteligência de Segurança Pública.

Diante dessa realidade tão complexa e conflitante, onde muitas vezes o poder econômico impõe sua força pelo poder da violência, cabe ao Estado mediar e prevenir situações conflitantes que possam, potencialmente, levar a perda de vidas dos diversos atores envolvidos no Estado do Pará.

E, quando se fala, especificamente, na ação preventiva do Estado, cabe ao serviço de inteligência dos órgãos de segurança pública, além das outras instituições da comunidade de inteligência do Estado (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Agência Brasileira de Inteligência, Receita Federal) agir de forma proativa, procurando evitar que embates como os ocorridos em 17 de abril de 1996 em Eldorado dos Carajás, que ceifou a vida de 19 pessoas, voltem a acontecer em nosso Estado (COSTA, 1999).

No município de Tailândia/PA, a Atividade De Inteligência em Segurança Pública foi utilizada com o intuito de realizar levantamentos detalhados e produzir conhecimentos aos gestores estaduais de segurança pública sobre a real situação encontrada na região, no que se referem aos conflitos territoriais, os atores envolvidos nos conflitos, as ações envolvendo os movimentos sociais e os possíveis pseudomovimentos instalados e operantes no município.

Os conhecimentos produzidos pela atividade de inteligência devem levar em consideração não somente o que está, imediatamente, ocorrendo, mas também, deve “levar em conta o que pode acontecer”, vislumbrando “um futuro não exatamente controlado nem controlável, não exatamente medido nem mensurável”, facilitando ao gestor o entendimento do todo e as probabilidades estratégicas e políticas de seus desdobramentos (FOUCAULT, 2008, p.26).

Assim, para Antunes (2002), a atividade de inteligência é um apanágio de países com alto grau de institucionalização dos processos democráticos e está ligado a capacidade de análise de informações sobre assuntos de importância estratégica à sociedade e ao Estado. Para Raffestin (1993), “é evidente que, se a informação organiza a eficácia, também pode ser utilizada para organizar a ineficácia” (RAFFESTIN, 1993, p.17), nesse sentido, Foucault (2008) acena para a maximização dos elementos positivos e a minimização dos riscos e inconvenientes.

Para Cepik (2011), a atividade de inteligência é um componente atual e significativo do poder de Estado, enquadrando-se no núcleo coercitivo que provê a prestação de serviços

públicos de defesa externa e manutenção da ordem, as duas funções constituindo os atributos do monopólio legítimo do uso da força na acepção weberiana do Estado.

Sendo que essa atividade se encontra dividida, doutrinariamente, em três categorias: 1) Atividade de Inteligência ligada aos Serviços Reservados de Defesa, mais focada à defesa e às Forças Armadas; 2) Atividade de Inteligência relacionada aos Serviços Reservados de Diplomacia com seu objeto nas Relações Internacionais entre os Estados e a Política Internacional e; 3) Atividade de Inteligência de Segurança pública, diretamente relacionada aos serviços reservados, ligados a Segurança Interna ou Inteligência Interna, com o foco na segurança pública.

Em outros termos, pode-se dizer que o poder, quanto aos meios mobilizados, é definido por uma combinação variável de energia e informação. Com esses dois elementos presentes, é possível dizer que há poderes com forte componente energético ou, inversamente, poderes com forte componente informacional (RAFFESTIN, 1993, p.55).

Para Cepik (2011), Antunes (2002) e Gonçalves (2009), os sistemas governamentais de inteligência consistem em organizações permanentes devido à natureza constante dos Estados na obtenção de informações, sendo esta, uma atividade especializada na coleta, análise e disseminação de informações sobre os problemas e alvos relevantes para a política externa e interna, a defesa nacional e segurança pública, além de contribuir para a garantia da ordem pública de um país.

Para Fregapani (2012), os serviços de inteligência são órgãos que servem para assessoramento do Poder Executivo em suas várias esferas de poder, que trabalham prioritariamente para os chefes de Estado e de governo e, dependendo de cada ordenamento constitucional, para outras autoridades da administração pública e mesmo do Parlamento.

Pode-se encontrar em Sun Tzu (2004) e Keegan (2006) a utilização da atividade de inteligência na coleta e análise das informações territoriais para o auxílio do processo decisório do Estado. Sun Tzu (2004) explora o potencial da prévia coleta de dados sobre o território como um elemento estratégico para prever as ações dos adversários, bem como escolher posições que tragam vantagens estratégicas e minimize os prejuízos, assim, “quando um general sábio souber extrair das informações sobre o território inimigo vantagens estratégicas para sua ação, seus riscos serão menores” (SUN TZU, 2004, p.87), com esse entendimento, pode-se observar que o levantamento das informações sobre o território são estratégicos para o processo de tomada de decisões.

Já em Keegan (2006), tem-se uma análise de como o uso da inteligência territorial e de imagens são elementos decisórios para definir o fracasso ou sucesso das atividades militares relacionadas à guerra, mas cujo mesmo raciocínio pode ser transportado para a seara da segurança pública. Keegan (2006) chama a atenção para dois momentos históricos onde a utilização das cartas marítimas e dos mapas sobre o território foram fundamentais para influenciar a vitória de um dos lados: o primeiro foi a caçada do Almirante Nelson a esquadra de Napoleão no final dos anos de 1790; e o segundo evento foi o planejamento do general norte americano Stonewall Jackson durante a guerra de secessão no ano 1862, onde seu conhecimento geográfico dos territórios inimigos, levou esse general e várias vitórias, pois lhe dava uma vantagem estratégica a seus adversários, a de saber posicionar seus exércitos antes das batalhas.

Keegan (2006) aponta que existem cinco pontos fundamentais a serem observados pela atividade de inteligência durante sua ação: a aquisição, a entrega, a aceitação, a interpretação e a implementação. À essa estrutura denomina-se ciclo da inteligência e é uma organização lógica para saber o que?, como?, onde?, quando? e por que?, que são informações de valor estratégico para o processo decisório em qualquer esfera de poder político seja internacional, nacional, regional ou local, podendo se dividir em inteligência militar, inteligência diplomática e inteligência de segurança pública.

Assim, para Ferro Junior (2008), a Inteligência de Segurança Pública deve ser entendida como a atividade especificamente voltada para a produção de conhecimento, inclusive, pertinente à ação estatal (estratégia e políticas públicas), que serve como suporte às autoridades do Estado e dos órgãos de Segurança Pública no processo de tomada de decisões e na definição de diretrizes e objetivos operacionais buscando minimizar os riscos, preservar vidas e o processo legal. Atuará tanto no espaço urbano, como no rural, no levantamento de informações de valor estratégico e para preencher lacunas de um conhecimento sobre um determinado fato.

No espaço rural, onde existe uma ausência de informações confiáveis sobre as relações de poder no território, e, mesmo sobre o seu próprio processo de construção e apropriação por diferentes atores, essa atividade auxilia na identificação das ações desenvolvidas e suas motivações para jogar uma luz em situações que podem ser desconhecidas pelo Estado.

Assim, pode-se entender o papel assessorio dos serviços de inteligência e sua atuação como organizações que desempenham atividades ostensivas e preventivas na área de informações, em contextos adversários em que um ator tenta compelir o outro à sua vontade. Nesse sentido, pode-se dizer que essas organizações de inteligência formam, juntamente com

as Forças Armadas e as polícias, o núcleo coercitivo do Estado Contemporâneo (CEPIK, 2011).

1.7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizou, primeiramente, um levantamento bibliográfico com um debate teórico concernente à temática dos conflitos territoriais na Amazônia paraense e as diferentes dinâmicas, atores e interesses, tendo como foco principal, a região do município de Tailândia/PA, procurando esquematizar como se deu a origem do movimento dos “Sem Toras” na região e como esse movimento atuou sobre as áreas de proteção ambiental e de terras indígenas e quilombolas na região.

Assim, a pesquisa teve início a partir de um levantamento bibliográfico em fontes primárias e secundárias da região em questão, já que o estudo de determinado tema se estabelece a partir da leitura de fontes que nortearão o desenvolvimento do trabalho.

Para Chizzotti (2006), a pesquisa bibliográfica deve obedecer a critérios de seleção de autores que tenham relevância para o trabalho e de fontes verídicas. Neste sentido, a execução da pesquisa bibliográfica referente a esta temática foi realizada elencando livros, artigos, dissertações, teses, etc., de autores com trabalhos reconhecidos sobre o tema.

As técnicas de análise de dados utilizadas na pesquisa passaram pela análise do discurso dos principais atores envolvidos nesse processo, a análise de conteúdo dos documentos, o que permitiu uma análise crítica das mensagens contidas nessas peças e entender, criticamente, o sentido do significado das informações prestadas pelos diferentes atores envolvidos e a comparação com a realidade, em particular com a construção da identidade do movimento dos “sem toras” e como ele se estruturou na região por meio de um levantamento de suas origens, interesses e associações com outros possíveis atores com poder econômico do município de Tailândia/PA.

Nessa mesma linha, adotou-se também como contribuição metodológica os estudos de Max Weber, que toma como ponto de partida o sujeito, observando que o objetivo das pesquisas de caráter sociológico é compreender o sentido e a significação da ação e como elas estruturam as relações de poder. O autor chama atenção para a dificuldade de construção de um modelo explicativo, capaz de captar, de forma exaustiva, o real sentido das coisas.

Santos (2001) mostra que a Análise de Discurso visa compreender o funcionamento da ideologia, em sua imbricação com o discursivo, como um direcionamento do sentido determinado por dadas condições de produção históricas e dos atores envolvidos no processo, sendo assim, sua análise deve ser criteriosa na comparação com a parte documental oficial.

Além disso, a pesquisa enquadrou-se a abordagem quantitativa e qualitativa. Quantitativa, pois, utilizou também a linguagem matemática para descrever um aumento dos casos noticiados na mídia oficial dos conflitos territoriais na região de Tailândia nos últimos em estudo (2007 a 2010) e quais estão relacionados com o movimento dos “Sem Toras”. Por sua vez, a abordagem qualitativa ou interpretativa, considerou que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser limitado a números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa, além de seu aspecto comparativo, pois permite analisar a implementação das diferentes dinâmicas dos conflitos territoriais no estado do Pará nos anos referente a pesquisa.

Para Teixeira (2003), a importância da pesquisa quantitativa se baseia no uso de métodos matemáticos que possam facilitar a descrição e comprovação de um fato ou hipótese, fazendo assim, “uma foto dos fatos e, com base nos princípios do positivismo.” (Idem, 2003, p.127). Essa abordagem foi utilizada para mensurar a construção do movimento dos “Sem Toras” e como ele se relaciona e se diferencia dos demais movimentos sociais da região.

Já em relação ao aspecto qualitativo ou interpretativo, Teixeira (2003) destaca a importância da redução da distância entre “a teoria e os dados, o contexto e a ação, usando a lógica da análise fenomenológica, isto é, da compreensão dos fenômenos pela sua descrição e interpretação” (TEIXEIRA, 2003, p.127).

A pesquisa qualitativa foi realizada respeitando sua metodologia de aplicação, que, segundo Teixeira (2006), Chizzotte (2003) e Demo (1999), deve buscar um aprofundamento da compreensão do contexto da situação, enfatizando o processo dos acontecimentos e a sequência dos fatos e suas consequências ao longo do tempo e a busca e análise de várias fontes de dados e sua comparação.

Na pesquisa qualitativa, para Teixeira (2006) e Marconi e Lakatos (2006), o social é visto como um mundo de significados possíveis de investigação e a linguagem dos atores sociais e suas práticas as matérias primas dessa abordagem.

A abordagem comparativa utilizada na pesquisa fundamentou-se no princípio weberiano do entendimento das coisas. Para Weber (1992), a sociedade não pode ser compreendida como um sistema natural, passível de ser apreendido em sua totalidade. A sociologia, enquanto “[...] ciência que pretende entender, pela interpretação, a ação social, para desta maneira explicá-la causalmente, no seu desenvolvimento e nos seus efeitos” (WEBER, 1992, p.400), tem como referência uma realidade infinita e complexa, analisada sempre, a partir de um determinado ponto de vista.

A comparação, no sentido proposto por Weber, baseia-se em uma estratégia centrada na busca, não do paralelismo existente entre variáveis ou séries de variáveis, mas, sim, na comparação entre casos históricos (SCHNEIDER & SCHIMITT, 1998, p.29).

Portanto, o método permitiu encontrar padrões de ações e comportamentos dentro de uma diversidade histórica de fatos, no caso específico do trabalho, a ação do Estado nas fronteiras nacionais de ontem e hoje.

Após essa fase, iniciou-se o levantamento das fontes documentais, onde foi feita uma análise dos processos de reintegração de posse contidos na Vara Agrária de Castanhal dos anos de 2007 a 2010, onde são julgados os processos agrários da região Nordeste do Pará. Durante essa fase, foram levantados pelos Boletins de Ocorrências, a data de ocupação do território e a data do efetivo cumprimento de retirada dos ocupantes e podendo delimitar o lapso temporal entre a reclamação e o efetivo cumprimento da ordem judicial.

Esse levantamento se tornou relevante para a pesquisa, pois demonstrou que processos judiciais muito extensos levam a atuação de grupos organizados na região, que se utilizam dessa falha do Estado para degradar o meio ambiente através da extração de madeira de alto valor econômico dos territórios invadidos, assim, fomentando a criação de pseudomovimentos sociais na região.

A análise dos laudos ambientais exigidos pela Justiça Paraense, após o processo de reintegração de posse da terra, com a finalidade de mensurar a abrangência do dano ambiental causado no território. Nessa fase do processo de reintegração é feita a plotagem da área com a finalidade de localizar a fazenda dentro do território, onde essa informação serviu de base para o projeto cartográfico utilizado neste trabalho.

Na fase final da pesquisa, foram produzidos mapas voltados à identificação das áreas afetadas diretamente pela atuação dos “Sem Toras”, com recortes temporais específicos, a localização das vias de acesso e escoamento, assim pode-se ter uma visão mais objetiva do desmatamento da região e da dinâmica de atuação do movimento dos “Sem Toras”, com esse corte epistemológico, os mapas são documentos que podem repassar, visualmente, um grande número de informações espaciais de forma rápida e aprimorada (DENT, TORGUSIN E HODLER, 2009).

CAPÍTULO 2 – ARTIGOS CIENTÍFICOS

2.1 ARTIGO CIENTÍFICO 01

A ATIVIDADE DE INTELIGENCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA COMO FERRAMENTA DE ASSESSORAMENTO PARA O PROCESSO DECISÓRIO DO GESTOR PÚBLICO

RESUMO: A Atividade de Inteligência de Segurança Pública, em sua atual configuração, representa uma função estatal relevante para as forças policiais do Brasil e do estado do Pará, enquanto ferramenta de assessoramento ao processo decisório que desenvolve análises e auxilia o planejamento tático, estratégico e operacional de ações voltadas a preservação de vidas e bens. Diante disso, o trabalho adotou como objetivo, descrever como a evolução histórica da atividade de inteligência condicionou sua forma de atuação, especialmente, em relação a conflitos territoriais. Foi utilizado o método comparativo Weberiano e as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Como resultados, verificou-se que a nova atividade de inteligência está pautada em metodologias específicas, lastreada pela ética e legalidade, e que, produzir conhecimento, hoje, é garantia da manutenção de um Estado Democrático de Direito.

PALAVRA CHAVE: Atividade de Inteligência; Evolução Histórica; Conflitos Territoriais.

ABSTRACT: The Public Safety Intelligence Activity, in its modern configuration, represents a state function relevant to the police forces of Brazil and the state of Para, as an advisory tool to the decision-making process that develops analyses and assists the tactical, strategic and operational planning of actions focused on the preservation of lives and assets. With that in mind, the work adopted as objective to describe how the historical evolution of the intelligence activity conditioned its way of acting, especially in relation to territorial conflicts. The Weberian method and bibliographical and documentary research techniques were used. As a result, it was concluded that the *new* Intelligence Activity is based on specific methodologies, backed by ethics and legality, and that, producing knowledge today, is a guarantee of the maintenance of a democratic state of law.

KEYWORDS: Intelligence Activity; Historic Evolution; Territorial Conflicts.

1 INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje, a atividade de inteligência se tornou uma ferramenta de gestão para o assessoramento do poder decisório (GONÇALVES, 2009; CEPIK, 2003). Porém, para atingir este patamar, esta teve que passar por mudanças ao longo dos tempos, profissionalizando-se, adotando metodologias próprias e racionais de atuação, dotando seus operadores de conhecimentos especializados sobre suas áreas e atuação e, principalmente, definindo aspectos legais e doutrinários de funcionamento.

Nestes termos, para compreender a atividade de inteligência e sua função, seria necessário, primeiramente, conhecer e entender seus antecedentes históricos. Afinal, em uma perspectiva histórica, é possível observar a existência de ações de busca por informações sensíveis, que auxiliassem os chefes de Estado a tomar decisões ofensivas ou defensivas em relação a interesses econômicos e políticos, e, sobretudo, em relação à segurança de seu território.

Para Cepik (2001), a atividade de inteligência, como parte burocrática do Estado, originou-se de quatro matrizes institucionais e históricas: guerra, economia, diplomacia e polícia. Desta forma, seria possível dizer que a função estratégica da Atividade de Inteligência perpassaria pela obtenção de dados negados (ou seja, informações que, em sua maioria, não estariam disponíveis aos interessados, ou, estariam protegidas por quem as detém [FERRO JÚNIOR, 2008]).

Assim, a inteligência trabalharia na produção de informações confiáveis, oportunas e seguras, relativas a alvos específicos, previamente estabelecidos, que possibilitassem ao gestor (cliente e destinatário da informação) elaborar planos e obter vantagens em relação a ações alheias, colocando-se em vanguarda ou não, ficando em desvantagem, em prol da manutenção da ordem interna e o sigilo de suas informações.

Nessa esteira, as ações realizadas em tempos pretéritos, com o intuito de obter, produzir e salvaguardar informações sensíveis de interesse da nação poderiam, equivocadamente, ser classificadas como ações de inteligência. Mas, atualmente, a atividade de inteligência se encontra inserida “na estrutura burocrática do Estado e constitui instrumento de assessoria aos sucessivos governos” (BRASIL, 2016, p.09), sendo uma ação legítima do ponto de vista governamental.

Assim, conforme Cepik (2003), os atuais sistemas governamentais de inteligência seriam organizações especializadas na coleta, análise e disseminação de informações sobre problemas e alvos relevantes para a política externa, defesa nacional e garantia da ordem pública de um país. Concretamente, a Inteligência se constituiria de órgãos que destinados ao assessoramento do Poder Executivo, que trabalhariam prioritariamente junto aos chefes de Estado e de governo e, dependendo de cada ordenamento jurídico, para outras autoridades da administração pública (CEPIK, 2003).

Para Brito (2007) e Cepik (2011), portanto, os serviços de inteligência constituiriam organizações responsáveis por atividades ofensivas e defensivas na área de informações e que, desta forma, comporiam o núcleo coercitivo do Estado, conjuntamente às Forças Armadas e Polícias Federal, Civil e Militar, sem destoar de suas finalidades democráticas.

Diante desta complexidade assumida, atualmente, pela função, o presente trabalho objetivou descrever como a evolução histórica da atividade de inteligência condicionou sua forma de atuação, especialmente, em relação a conflitos territoriais.

Para tanto, preliminarmente, foi necessária a explicação dos referenciais metodológicos desta pesquisa, conforme se tratou na seção seguinte.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Adotou-se como base o método comparativo Weberiano (WEBER, 1992; RINGER, 2004, SCHNEIDER; SCHIMITT, 1998). Para o autor, o estudo das estruturas burocráticas do Estado seria um elemento de fundamental importância para a atribuição de legitimidade à ação política das instituições oficiais, o que, aliás, é muito conveniente à discussão sobre a legitimidade dos órgãos de inteligência.

Conforme este método, que compara estruturas dentro de um contexto temporal, o estudo propôs uma comparação histórica da atividade de obtenção de informações no mundo (em menor escala) e no Brasil (especialmente), para compreender os modelos que, sob transformações e evoluções, originaram os atuais contornos da Atividade de Inteligência no país.

Por sua vez, a pesquisa teve um caráter qualitativo, visto que enfocou em questões relativas ao conteúdo histórico apreendido de um conjunto de dados, levantados por meio de duas técnicas: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, conforme se passa a expor.

Inicialmente, fez-se uma pesquisa bibliográfica (CHIZZOTTI, 2006) voltada a obtenção de livros que detivessem informações sobre a história da Atividade de Inteligência: Foram selecionados livros nacionais e estrangeiros sobre o assunto sem recorte temporal, em razão da carência de literatura produzida sobre o tema – em especial, pelo secretismo que sempre a circundou, sobretudo, levando em conta obras mencionadas nos cursos e manuais inerentes à atividade.

Em segundo lugar, realizou-se uma pesquisa documental, voltada à obtenção de manuais, instruções, doutrinas produzidas pelos órgãos de Inteligência de Estado e órgãos de segurança pública, desde que não restritas por qualquer forma de classificação legal impeditiva à sua divulgação (cuidado ético do estudo). Além disso, como fontes naturalmente públicas, foram utilizadas leis relativas ao fenômeno estudado.

Por sua vez, as informações colhidas foram sintetizadas e classificadas, conforme o que seria necessário ao objetivo acima eleito, sendo trianguladas, ou seja, comparadas entre si

e, obviamente, com a experiência dos autores no exercício da pesquisa e prática da atividade de inteligência.

Os resultados, finalmente, foram organizados na seção seguinte.

3 A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA

3.1 EMBRIÕES DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA NO MUNDO E NO BRASIL.

Ao longo dos séculos pode-se perceber que a necessidade de obtenção de informações e conhecimentos sensíveis sobre a situação e as ações de outros povos encontram registros desde os textos bíblicos judaico-cristãos, à documentos do império romano, dentre outras fontes destacadas na Doutrina Brasileira de Atividade de Inteligência (BRASIL, 2016).

Em especial, destacou-se a importância da atividade de espionagem para o planejamento estratégico-militar do Império Chinês, na obra de Tzu e Pin (2015), intitulada Arte da Guerra (CLAVELL, 1983). Igualmente, apontou-se como registro importante o sistema de tráfico de informações descrito por Kautilya (1994), na obra intitulada Arthashastra, escrita quatro séculos antes de Cristo.

Mas, foi no século XV, com o modelo de obtenção de informações por filtragem de correspondências, construído por Cardeal Richelieu, primeiro-ministro do rei francês Luís XIII (1628 a 1642), e Sir Francis Walsingham, secretário de estado da rainha Elisabeth I, que a ideia de espionagem, dentro de instituições de um Estado ou de órgãos estatais, registrou suas primeiras aparições (KEEGAN, 2006).

E assim, historicamente a espionagem permaneceu como uma realidade oculta, porém, sempre presente, em Impérios e, mais adiante, em Estados-Nação, como forma de lidar com situações importantes à expansão territorial de fronteiras, defesa interna e controle populacional (KEEGAN, 2006).

A dinâmica de ação dos órgãos de coleta e análise de informações, dos países que detinham estas estruturas, somente ganhou um novo valor estratégico, além da simples ideia de espionagem, durante a Segunda Guerra Mundial, que, conforme informou Platt (1974), propiciou novas formas de consolidação de dados, somada, como novidade, a uma preocupação com sua análise e verificação. Essa dinâmica se intensificou, em seguida, ao longo do contexto da Guerra Fria (PLATT, 1974).

Paralelamente àquele processo mundial, constatou-se que, no Brasil, os primeiros vestígios de utilização de órgãos de coleta, análise e processamento de informações surgiu em 1927 com a criação do Conselho de Defesa Nacional – CDN, por meio do Decreto n.

17.999/1927, do presidente Washington Luís (ANTUNES, 2002, p.45), que tinha por missão “coordenar a reunião de informações relativas à defesa da Pátria” (BUZANELLI, 2004, p.01).

No entanto, o surgimento de um órgão exclusivamente voltado à questão das informações só se deu em 1946 por meio do Decreto n. 9775-A, de lavra do Presidente Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro da Guerra, o responsável pela organização da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que instituiu o Serviço Federal de Informações e Contra-informações (Sfici) (FIGUEIREDO, 2005; BUZANELLI, 2004), o qual, entretanto, tinha uma atuação muito restrita à capital, na época Rio de Janeiro, e focada nas imagens de um inimigo interno (opositores do governo).

Somente após a deposição do Presidente João Goulart, por sua vez, é que houve a ampliação estrutural dos órgãos de informações, a ponto de permitir uma captação de dados a nível nacional com o Surgimento do Serviço Nacional de Informações (SNI) no ano de 1964 (FIGUEIREDO, 2005).

Contudo, o serviço teria adquirido questionáveis contornos executivos a partir do Ato Institucional n. 01 – AI1 (BRASIL, 1964), quando o SNI assumiu a função de braço direito (FIGUEIREDO, 2005) na chamada Operação Limpeza, voltada à neutralização de corruptos e subversivos ao novo sistema.

O SNI teve seu poder ampliado, mais adiante, com a criação do Sistema Nacional de Informações (Sisni), no ano de 1975, sob a finalidade de integrar a atuação das agências de Estado em uma rede de extensão nacional e internacional, que agregaria informações de todos os órgãos que eventualmente a detivessem, funcionando o SNI, nesta rede, como uma espécie de órgão central, responsável por sua gestão e utilização conforme interesses reputados à defesa da nação.

Contudo, o grande poder atribuído à estrutura teria permitido que ela assumisse um controle político de diversos níveis das estruturas estatais (sobretudo na segurança pública), desembocando em crimes, desmandos e irregularidades (FIGUEIREDO, 2005), que, mais adiante, desacreditaram e macularam a imagem dos serviços de inteligência no país (GONÇALVES, 2009). Com o fim do Governo Militar e a reabertura democrática, o órgão assumiu uma postura tímida, que culminou com sua extinção, em 1990, durante a presidência de Fernando Collor de Melo.

Criou-se um Departamento de Inteligência (DI), subordinado à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). Foi um período de fortes mudanças na atividade de inteligência nacional que impactou na sua reestruturação em tempos democráticos.

A partir da criação do DI/SAE, até mesmo para dissociar o novo órgão do extinto SNI, abandonou-se o termo informações, passando-se a empregar o vocábulo inteligência para designar a atividade. Não se tratava apenas de mais um neologismo em moda, mas da utilização de um termo de largo emprego, inclusive internacional e exclusivo para a atividade única de inteligência; informações, por sua vez, tem natureza ambivalente, não se empregando unicamente para definir o trabalho de coleta e busca de dados necessários à produção de conhecimentos de importância para as decisões governamentais ou de chefias em qualquer escalão de direção (BUZANELLI, 2004, p.06).

Nos anos seguintes muitas foram as modificações e denominações para o serviço de inteligência, em razão da desconfiança e antipatia que grande parte da população passou a ter com a atividade. Foi na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995/2003, que o sistema assumiu sua forma atual, com a criação da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

3.2 DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA EM TEMPOS DE DEMOCRACIA

No Brasil, a Atividade de Inteligência é regulamentada pela Lei nº 9.883/1999 que criou a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN).

De acordo com a Lei, a atividade de inteligência seria aquela que objetiva a obtenção e análise dados, bem como, a disseminação de conhecimentos (dados processados), colhidos por meio de órgãos com essa atribuição, dentro e fora do território nacional (GONÇALVES, 2009), sobre oportunidades e ameaças importantes ao processo decisório, aqui compreendido como *ação política de um líder burocrático* (WEBER, 2014; DREIFUSS, 1993) e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado.

A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) atua como órgão central do sistema e lhe é atribuída à missão de planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as Atividades de Inteligência e Contra Inteligência do País (BRASIL, 1999).

Comparativamente, a estrutura atual dos serviços de inteligência trabalha sob imperativos éticos e, garantindo um respeito à democracia, por meio de sujeição a mecanismos de controle interno e externo, tanto por parte do Poder Executivo (que é seu assessorado), quanto por parte do Poder Legislativo (como legítimo representante da população, na verificação de sua ação) (CEPIK, 2003). Além disso, a Atividade de Inteligência busca fatos e situações e não mais pessoas enquanto ameaças em potencial (BRASIL, 2016). Desta forma, a mudança estrutural principal foi a adequação da Atividade de Inteligência a um contexto democrático. No entanto, ainda sobrevive o ranço e o temor da atuação que lhe caracterizou em tempos de Governo Militar (GONÇALVES, 2009).

3.3 A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E SEUS CARACTERES ATUAIS

Para Cepik (2001), a atividade de inteligência é uma componente atual e significativa do poder de Estado, enquadrando-se no núcleo coercitivo que provê a prestação de serviços públicos de defesa externa e manutenção da ordem, as duas funções constituindo os atributos do monopólio legítimo do uso da força na acepção weberiana do Estado (WEBER, 2014; DREIFUSS, 1993).

Doutrinariamente, a atividade encontra-se dividida em: a Atividade de Inteligência ligada aos Serviços Reservados de Defesa próprio às Forças Armadas; A Atividade de Inteligência relacionada aos Serviços Reservados de Diplomacia, atuante nas Relações e Política Internacional; e os Serviços Reservados ligados a Segurança ou Inteligência Interna com foco na segurança pública (CEPIK, 2001).

Para Cepik (2003), Antunes (2002) e Gonçalves (2009), os sistemas governamentais de inteligência consistem em organizações permanentes devido a natureza constante dos Estados na obtenção de informações. Já para Fregapani (2012), os serviços de inteligência são órgãos que servem para assessoramento do Poder Executivo em suas várias esferas de poder.

Assim, serviços de inteligência poderiam ser compreendidos como organizações que desempenham atividades ofensivas e defensivas na área de obtenção de informações, em contextos antagônicos em que um ator tenta compelir o outro a aceitação de sua vontade (WEBER, 2014; DREIFUSS, 1993), pelo que, conforme Miranda (2008), estes serviços de inteligência não podem ser entendidos como meros instrumentos passivos da política de um governante, tendo seu papel de extrema importância à antecipação e enfrentamento de instabilidades.

A doutrina de inteligência da ABIN (BRASIL, 2016), por sua vez, divide a função da atividade em dois ramos de competências distintas, cuja atuação é comum a todos os órgãos: O Ramo da Inteligência e o Ramo da Contra Inteligência.

Os dois ramos fazem “parte de um todo e não possuem limites precisos de abrangência” (FARIAS, 2017, p.32). Por isso são inseparáveis, embora diferentes.

Para Cepik (2003), a Inteligência é o exercício sistemático de ações especializadas, voltadas para a obtenção e produção de conhecimentos, visando o assessoramento dos gestores públicos, atuando no planejamento estratégico de ações, acompanhamento e execução de políticas e atos decisórios.

Já a Atividade de Inteligência em Segurança Pública foi compreendida por Ferro Júnior (2008, p 36), como aquela “[...] voltada à produção de informações, conhecimentos e assessoramentos no processo decisório de Segurança Pública”.

Por sua vez, a Lei 9.883/99, no artigo 3º que dispõe que o ramo da Contra Inteligência consiste na “atividade que objetiva neutralizar a inteligência adversa” (BRASIL, 1999).

O real conceito, entretanto, é inferido do Decreto n. 4.376/2002, que diz a define como atividade de prevenção, detecção, obstrução e neutralização de inteligência ou qualquer ameaça adversa à salvaguarda dos conhecimentos da Sociedade e do Estado (BRASIL, 2002). O conceito também é aplicável à Atividade de Inteligência em Segurança Pública, conforme a Resolução Nº 1/2009 da Secretaria Nacional de Segurança Pública (BRASIL, 2009).

Para Medeiros (2008), a manutenção dos sistemas de segurança interna em uma organização vai além de investimento em tecnologias e treinamento para os agentes de segurança pública, uma vez que o conhecimento produzido pelos órgãos de segurança devem ser guardados, classificados e divulgados para os tomadores de decisões autorizados para ter o acesso a informação que possa auxiliar nas decisões.

Dessa forma, observou-se que a contra inteligência funciona como a protetora de conhecimentos sensíveis, sigilosos e em muitos casos estratégicos para os tomadores de decisões. Mas deve-se entende que a contra inteligência desenvolve ações especializadas na busca de dados negados, tal qual o ramo da Inteligência. O diferencial é que o objetivo da busca realizada pelo ramo está focado na defesa do conhecimento (FARIAS, 2017).

Por sua vez, no que diz respeito às Operações de Inteligência, constatou-se que estas seriam ações realizadas por um setor específico, em apoio aos referidos Ramos da Atividade de Inteligência, desempenhando “ações especializadas para a obtenção de dados negados e a contraposição (detecção, obstrução e neutralização) a ações adversas” (BRASIL, 2016, p.45).

Segundo a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP), Operações de Inteligência de Segurança Pública corresponderiam à execução de ações especializadas com a utilização de técnicas operacionais, voltadas à obtenção de dados negados de difícil acesso e/ou para neutralizar ações adversas (BRASIL, 2009).

O setor de operações se utilizaria de técnicas operacionais específicas para ter acesso aos dados negados. As operações podem ser classificadas quanto à natureza, onde podem utilizar fontes humanas e fontes tecnológicas, e quanto à abrangência, onde podem ser exploratórias ou sistemáticas (BRASIL, 2016).

A principal diferença do setor de Operações para os ramos da Inteligência é que as Operações desempenham ações em campo, ou seja, é a “forma de a Atividade de Inteligencia agir no mundo” (BRASIL, 2016, p.46). Uma operação de inteligência não pode ser confundida com uma operação policial, o agente de inteligência apenas busca os dados negados a fim de subsidiar, no caso da segurança pública, uma posterior ação dos órgãos

competentes (FARIAS, 2017). Corroborando com esse entendimento, Ferro Júnior (2008) acrescenta que a AISP não faz investigação, sendo essa uma atividade das polícias judiciárias, mas sim o levantamento de informações e análise de cenários de risco potencial para o Estado.

A Atividade de Inteligência de Estado e a Atividade de Inteligência de Segurança Institucional (AISP) estão fortemente ligadas a três aspectos do trabalho: Previsão, Antecipação e o Assessoramento. Entende-se por previsão o exercício diário de análise de informações na tentativa de identificar padrões de ações criminosas que possam ajudar num processo de previsão de ações do crime, levando assim a segunda característica, que é a antecipação por meio de ações preventivas por conta dos órgãos de Segurança Pública. Já o processo de assessoramento está relacionado ao abastecimento de informações atuais e confiáveis sobre as atividades criminosas que possam auxiliar os tomadores de decisões nas fases de elaboração e acompanhamento das políticas de segurança pública.

Para Rocha (1998) e Ferro Júnior (2008), a AISP se desenvolve em três níveis distintos: Estratégico, Tático e Operacional. A nível estratégico tem-se as ações que são definidas as diretrizes gerais de ações do organismo de Segurança Pública, estão relacionadas à construção das políticas de Estados e de Governo. A nível tático identifica-se as orientações específicas de atuação, as ações preventivas, repressivas e de análises. E, a nível operacional, se tem as ações especializadas voltadas a busca e obtenção de dados e informações, voltados a assessorar a investigação criminal, o policiamento ostensivo e a distribuição de recursos administrativos e operacionais.

A AISP possui papel estratégico no acompanhamento de ações criminosas com potencial para desestabilizar a ordem pública, servindo como órgão consultivo e de assessoramento para os tomadores de decisão, onde, por intermédio de técnicas específicas realizaria o levantamento de informações estratégicas e a disseminação dessas aos responsáveis.

No âmbito das Polícias Militares, a Doutrina Nacional de Inteligencia de Segurança Pública (DNISP), vislumbra diversas formas de operacionalização da Atividade de Inteligência Policial Militar (AIPM), em apoio ou assessoramento de seu usuário, conceituando que à AIPM cabe “o planejamento, execução e acompanhamento de assuntos de segurança pública e da Polícia Ostensiva, subsidiando ações para prever, prevenir e neutralizar ilícitos e ameaças de qualquer natureza” (BRASIL, 2009, p.17), desta forma enquadrando-se, nos níveis de assessoramento Tático e Operacional.

A Atividade de Inteligência e o Sigilo da Informação estão diretamente relacionados ao cotidiano da vida na caserna, “uma operação militar - dentro do seu aspecto tático - não pode ser realizada sem o levantamento de todas as circunstâncias sobre o alvo e o ambiente operacional” (FERRO JÚNIOR, 2008, p 82). As informações relevantes e o planejamento da operação devem ser guardados de forma eficiente e seu manuseio classificado por diferentes níveis de acesso.

Em apoio ao gerenciamento de crises, a AIPM tem fundamental importância em todo o processo, pois ela pode ser considerada como o elemento essencial para o diagnóstico da situação, atuando na identificação, obtenção, orientação e aplicação dos recursos necessários para a implementação de medidas de apoio operacional e auxílio na solução de uma crise (FERRO JÚNIOR, 2008).

A quantidade e qualidade das informações obtidas têm força decisiva na definição de objetivos e solução de problemas, por isso todas as informações possíveis sobre um problema devem ser obtidas, analisadas, processadas e depois encaminhadas para os tomadores de decisão, com o cuidado da proteção de suas fontes.

Neste entendimento e em consonância ao Policiamento Comunitário, apesar da comunidade não fazer parte do sistema de inteligência institucional policial, ela pode participar de forma ativa do processo de auxiliar na coleta de dados e informações sobre o crime, denunciando de forma anônima. Mas, esse meio só se torna eficaz se a comunidade tiver a certeza da garantia do sigilo da identidade ao realizar a denúncia e colaborar com a instituição. Desta maneira, a população pode se apresentar como um trunfo de poder da inteligência (RAFFESTIN, 1993).

Nesta esteira de ideias, a AISP está voltada para a detecção, identificação e análise de situações potenciais de criminalidade. Nesse sentido, Ferro Júnior (2008) observa que a percepção do problema geralmente se revela pela identificação de manchas de criminalidade, o que ocorre pela obtenção de dados e informações oriundos do território, inclusive das chamadas fontes humanas de informação (colaboradores, informantes, cidadão, etc.), que devem ter suas identidades protegidas de qualquer pessoa que não tenha acesso àquela informação.

No Brasil, muitos são os conflitos territoriais noticiados diariamente.

As disputas territoriais são fontes de tensão desde o início da colonização. Essas contendas territoriais, diferente do que se possa imaginar, não se limitariam, simplesmente, aos conflitos no campo ou, ainda, às batalhas por delimitações fronteiriças de uma nação.

Atualmente, essas contendas iriam além destes destaques, enveredando nos domínios do crime organizado e do tráfico de entorpecentes.

Neste entendimento, Haesbaert (2014) enfatiza o crescimento dos debates e das ações governamentais, em torno das territorialidades de insegurança, onde os principais responsáveis por esta realidade seriam o narcotráfico e as milícias (p. 230).

Ao citar a realidade carioca Haesbaert alerta que “em nome da segurança, toda uma gestão do espaço social é produzida, num complexo processo de vigilância e imobilização da vida urbana” (2014, p. 231-232), utilizando-se de modernos aparatos tecnológicos e informacionais e do uso do monopólio legítimo da violência estatal, com a finalidade de retomar de território das mãos dos poderes paralelos imbricados nos poderes legais.

Destarte, a atividade de inteligência se enquadraria nos diversos cenários que justificariam sua utilização para o assessoramento em Segurança Pública, provendo conhecimentos oportunos e confiáveis, possibilitando decisões mais seguras e justificadas e, principalmente, adaptando-se às mudanças sociopolíticas e culturais demandas pela história.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pôde observar ao longo deste artigo, o emprego da Atividade de Inteligencia ou de técnicas hoje apropriadas e universalizadas pela mesma sempre se fizeram presentes no contexto histórico nacional e internacional nas mais remotas épocas da humanidade. A análise comparativa dos modelos apresentados consente a avaliação das regularidades, transformações, semelhanças, diferenças, enfim, permite romper com a singularidade e construir um conhecimento atual acerca do evento em análise (SCHNEIDER; SCHIMITT, 1998).

Inicialmente, a obtenção e uso de informações realizadas sem uma metodologia específica, serviam seus líderes, fundamentalmente, para a segurança da comunidade e para a defesa do território, enfim, para a defesa e para a guerra. Com o passar do tempo as ações de utilização de informações foram incorporadas a máquina estatal em razão de seu valor estratégico para as decisões de seus governantes.

Nos períodos analisados, e comparados, esta atividade singular sempre foi utilizada como ferramenta de assessoria para a tomada de decisões. Mesmo quando utilizada de maneira incorreta ou para benefício de governos específicos, e não de sucessivos governos, ela demonstrou sua competência, força e objetividade.

Atualmente, a atividade de inteligencia se apresenta em diversos níveis da estrutura estatal. Sua aplicação como “instrumento de gestão voltado para a obtenção de dados e

produção de conhecimentos” (FARIAS, 2017) é de interesse daqueles que necessitam de informações confiáveis para que possam tomar decisões rápidas e acertadas.

A Atividade de Inteligência esteve em um passado recente voltada à chamada segurança interna do regime militar e voltada à identificação dos considerados subversivos ao sistema, após este período a sociedade brasileira, como um todo, sofreu profundas mudanças com o processo de redemocratização, levando a própria reformulação das Polícias Militares enquanto órgãos encarregados de defesa e da ordem social em um estado democrático de direito.

Nesta nova fase do País, esforços foram envidados com o objetivo de adequar a atividade de inteligência a esta nova realidade. Mas, para que a sociedade perceba essas mudanças há a necessidade de mais informações acerca do assunto a fim de desmistificar seu uso, criar uma cultura de inteligência e mostrar seus benefícios estratégicos ao Estado, enfim, demonstrar que a nova atividade de inteligência está pautada em metodologias específicas, lastreada pela ética e legalidade, e que produzir conhecimento, hoje, é garantia da manutenção de um Estado Democrático de Direito.

5 REFERENCIAS

ANTUNES, Priscila. **SNI e ABIN: Uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros no século XX**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas. 2002.

BRITO, Valteir Marcos de. **O Papel da Inteligência no Combate ao Crime Organizado Transnacional**. Rio de Janeiro, 2007

BUZANELLI, Márcio Paulo. **Evolução histórica da atividade de inteligência no Brasil**. In: IX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. 2004.

BRASIL. **Ato Institucional nº 1, de 09 de abril de 1964**. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originária da revolução Vitoriosa. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm >Acesso em: 06 Jan. 2018.

_____. **Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000**. Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3695.htm>Acesso em: 07 Set. 2013.

_____. **Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei no 9.883, de 7 de

dezembro de 1999, e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4376.htm> Acesso em: 15 Set. 2017.

_____. **Decreto-Lei nº 9.775, de 6 de Setembro de 1946.** Dispõe sobre as atribuições do Conselho de Segurança Nacional e de seus órgãos complementares e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9775-6-setembro-1946-417547-publicacaooriginal-1-pe.html> > Acesso em: 15 Set. 2017.

_____. **Doutrina Nacional de Inteligência:** fundamentos doutrinários. Brasília: ABIN, 2016.

_____. **Doutrina Nacional de Inteligência em Segurança Pública.** Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2009.

_____. **Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999.** Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN – e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.abin.gov.br/>>. Acesso em: 07 set. 2017.

_____. **Resolução nº 1, de 15 de julho de 2009.** Regulamenta o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública - SISP, e dá outras providências. Disponível em: <http://sintse.tse.jus.br/documentos/2009/Ago/14/000077395>

CEPIK, Marco A. C. **Serviços de inteligência:** agilidade e transparência como dilemas de institucionalização. Rio de Janeiro, IUPERJ (2001).

_____. **Serviço Governamental:** Contextos nacionais e desafios contemporâneos. Niterói/RJ: Impetus, 2011.

_____. **Espionagem e Democracia.** Rio de Janeiro, FGV. 2003

_____. **Sistemas Nacionais de Inteligência:** Origens, lógica de expansão e configuração atual. In: Revista DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 75-127, 2003.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

CLAVELL, James. **A arte da guerra–Sun Tzu.** 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1983.

DREIFUSS, René Armand. **Política, Poder, Estado e Força** – Uma leitura de Weber. Petrópolis. Ed. Vozes. 1993

FARIAS, Antônio Cláudio Fernandes. **Atividade de Inteligência:** O Ciclo da Produção do Conhecimento. Belém/PA: Edições do autor, 2017.

FERRO JÚNIOR, Celso Moreira. **A inteligência e a gestão da informação policial.** Ed. Fortium. Brasília/DF, 2008.

FREGAPANI, Gelio. **Segredos da Espionagem.** 2. ed. Brasília: Thesaurus, 2012.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio** – a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula – 1927 – 2005. Rio de Janeiro. Ed Record. 2005.

GONÇALVES, J. Brito. **Atividade de Inteligência e Legislação Correlata**. Niterói, RJ: Ed. Impetus, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite: Território e Multi/Transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

KEEGAN, John. **Inteligência na Guerra** – Conhecimentos do inimigo, de Napoleão à Al-Qaeda. São Paulo: Companhia das letras. 2006.

KAUTILYA. **Arthashastra**. Brasília: Ed. UNB. 1994.

MIRANDA, W. D. **A consolidação do sistema de inteligência e o estado democrático de direito: Estudos Introdutórios sobre a Evolução da Inteligência e sua Relação com o Estado Democrático de Direito**. TCC do Curso de Ciências Sociais da UFPA. 2008

MEDEIROS, F. J. F de. **A Atividade de Inteligência no mundo atual** (2008). Disponível em: <<https://www2.mp.pa.gov.br/sistemas/gcsubsites/upload/60/a%20atividade%20de%20intelig%C3%83%C2%AAn%C3%A7a%20no%20mundo%20atual.pdf>>. Acesso em: 12.09.2017.

PLATT, Washington. **A Produção de informações estratégicas**. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1974.

TZU, Sun; PIN, Sun. **A Arte da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

TZU, Sun. **A Arte da Guerra** – edição completa. São Paulo: Martins Fontes. 2004

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993. Série Temas.

RINGER, Fritz K. **A Metodologia de Max Weber: Unificação das Ciências Culturais e Sociais**. São Paulo: Edusp, 2004.

ROCHA, Luiz Carlos. **Investigação policial: teoria e prática**. São Paulo: Saraiva, 1998.

SCHNEIDER, Sérgio; SCHIMITT, Cláudia Job. **O uso do método comparativo nas Ciências Sociais**. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, n. 9. P. 49-87, 1998.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. v. 1, 4. ed. Brasília: UnB, 2014.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez / Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

2.2 ARTIGO CIENTÍFICO 02

OS SEM TORAS: Um estudo de caso sobre o papel estratégico da atividade de inteligência em conflitos territoriais.

HERICK WENDELL ANTÔNIO JOSÉ GOMES¹

CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS²

WANDO DIAS MIRANDA³

RESUMO: Os conflitos territoriais vêm ao longo dos anos tomando destaque nas mídias jornalísticas do Brasil e do Exterior devido sua violência e consequências sociais, políticas e econômicas. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre os anos de 2006 e 2016, foi registrado um aumento de 70,53% no número de conflitos por terra, saindo de 761 em 2006 para 1079 em 2016, o que leva a uma reflexão sobre as causas desse aumento e dos meios para enfrentar esse conflito que gira em torno da disputa pela terra e poder. Assim, a pesquisa se desenvolveu com um levantamento bibliográfico e documental sobre o caso dos “Sem Toras” e como a Atividade de Inteligência de Segurança Pública (AISP) foi utilizada como uma ferramenta do processo decisório, baseado num método weberiano sobre a compreensão dos paradigmas da teoria das organizações sociais, assim pode-se encontrar como resultados que a identificação da natureza dos conflitos e o acompanhamento de seus processos políticos e sociais levantados pela AISP contribuíram para a minimização dos conflitos violentos e o acompanhamento da evolução dos impactos nas áreas ocupadas.

PALAVRAS-CHAVE: Estado; Atividade de inteligência; Conflitos Territoriais.

ABSTRACT: Over the years, territorial conflicts have been a front-page feature in Brazil and overseas due to its violence, as well as social, political, and economical consequences. According to the Pastoral Committee of Land's (CPT) data, between the years of 2006 and 2016, an increase of 70,53% in conflict per land was registered, leaving the 761 in 2006 and reaching 1079 in 2016. Which leads to an analysis of what were the causes of the spike and the means to face the conflict that surrounds the disputes for land and power. Thereafter, the research developed with a bibliographic and documentary survey on the case of the "No Logs" (Sem Toras) and as the Public Safety Intelligence Activity (AISP) was used as a tool of the decision-making process, based on a Weberian method on the understanding of the paradigms of the theory of social organizations, so it can be found as results that the identification of the nature of the conflicts and the monitoring of their political and social processes raised by the Safety Intelligence Activity (AISP) contributed to the minimization of violent conflicts and the monitoring of the evolution of impacts in the occupied areas.

KEY WORDS: State; Intelligence activity; Territorial conflicts.

¹ Mestrando em Segurança Pública. Especialista em Atividade de Inteligência e Gestão do Conhecimento. Major da Polícia Militar do Estado do Pará.

² Doutor em Desenvolvimento Socioambiental, professor do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública – PPGSP e vice-reitor da Universidade do Estado do Pará.

³ Doutorando em Desenvolvimento Sustentável. Mestre em Ciência Política. Especialista em Segurança Pública e Atividade de Inteligência.

1 INTRODUÇÃO

Os conflitos territoriais no Brasil apresentam elevados índices de violência letal envolvendo diversos atores de poder. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra - CPT, entidade ligada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) da Igreja Católica, o primeiro ano do governo Dilma Rousseff (2011-2014) registrou aumento de 79,25% no número de conflitos por terra no país, que passou de 638 eventos em 2010, para 825 eventos em 2011 (CPT, 2016), tendo como consequência o aumento da letalidade dos conflitos territoriais.

Para Farias (2017), cenários tão complexos quanto às questões envolvendo os conflitos territoriais necessitam de acompanhamento sistemático sobre sua natureza, assim a atividade de inteligência destinasse a atuar de forma preventiva e de acompanhamento na identificação das ameaças com potencial de influenciar a ordem social, tendo a Atividade de Inteligência de Segurança Pública (AISP) sua atuação a nível estadual e sendo uma atividade especializada dos órgãos de segurança pública. Com esse entendimento, cabe a AISP atuar como uma ferramenta estratégica à tomada de decisões em conflitos territoriais voltados a produção de conhecimentos específicos e objetivos das diferentes naturezas sociais e políticas do Estado.

Diante disso, o presente trabalho teve como objetivo demonstrar o papel estratégico da Atividade de Inteligência da Polícia Militar do Estado do Pará, notadamente, por meio da utilização de várias técnicas operacionais da atividade de inteligência, entre elas pode-se destacar as técnicas de: estória-cobertura, Observação, Memorização e Descrição (OMD), Confecção de Mapas ou Croquis, Fotografias e Filmagens, Reconhecimento, entre outras.

Exemplo de utilização das técnicas oriundas da AISP nos conflitos territoriais foi o caso da ocupação ocorrida na Fazenda Santa Marta, de propriedade da Terranorte Terraplanagem e Agroindústria S/A no município de Moju/PA⁴, que desenvolveu entre os anos de 2006 a 2016, onde temos a atuação de um pseudomovimento social⁵ denominado de “Sem Toras”, movimento que recebera seu nome em alusão ao Movimento dos Trabalhadores Rurais dos Sem Terra - MST, onde haviam ocupantes que se passavam por integrantes do MST, mas que encobriam seus reais objetivos que era a exploração ilegal de produtos florestais, como ficou atestado em revista de circulação nacional e no processo da vara agrária de Castanhal.

⁴ Cabe destacar que embora a fazenda esta situada no Município de Moju/PA, toda sua relação territorial e político-jurídica foi construída junto ao Município de Tailândia/PA, conforme foi demonstrado ao longo do desenvolvimento do Estudo, o que se explica pela maior proximidade do centro urbano desta última cidade.

⁵ Para Fausto (2005) pseudomovimentos sociais são organizações sociais que se transvestem do discurso político e social da desigualdade para reivindicar melhorias sociais, mas na verdade estão a serviços de interesses particulares, esses movimentos contribuíram para uma deterioração da imagem dos movimentos sociais.

Um grupo de 700 pessoas está acampado sob capas de plástico preto na Fazenda Santa Marta, onde atua a empresa madeireira Juruá Florestal, no Pará. Elas invadiram a área há cinco meses. O estilo da ação e do acampamento lembra a metodologia dos sem-terra. Nos últimos anos, invasões como essa têm ameaçado a operação das poucas empresas da Amazônia que tentam jogar limpo em uma região onde impera o roubo de terra e a depredação das florestas. **Vestidos de sem-terra, os ocupantes dessas áreas vêm sendo chamados de "Sem-Toras"** *Grifo nosso* (Fonte: Revista Época, 2006).

Em denúncia exarada pelo Ministério Público de Tailândia, o *parquet* define o movimento dos Sem Toras como um “neologismo utilizado para designar assaltantes especializados em saquear florestas, que agem em bando numeroso, sobre patrocínio de madeireiros inescrupulosos” (Estado do Pará, 2007, p.09).

A problemática central desse trabalho consiste na análise da atuação do Serviço de Inteligência da Polícia Militar (PMPA) por meio da utilização da metodologia específica da atividade de inteligência como ferramenta de produção de conhecimento referente a conflitos territoriais no estado do Pará. Assim pode-se traçar uma linha de atuação que nos leve a compreender a função estratégica que a atividade de inteligência possui para o processo decisório dos gestores (FERRO JÚNIOR, 2008), onde partimos da hipótese de que, no caso vertente, o serviço de inteligência da Polícia Militar do estado do Pará desempenhou uma função de assessoramento voltada ao levantamento de informações e na produção de conhecimentos sobre os acontecimentos relacionados no conflito territorial da Fazenda Santa Marta com o objetivo de compreender a dinâmica dos conflitos territoriais e seus atores envolvidos.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando que o contexto dos conflitos territoriais surge sob uma construção do poder, buscando uma compreensão dessa dinâmica e o papel dos diferentes atores envolvidos, seguindo a linha weberiana, buscar entender o sentido que as ações sociais de um indivíduo em uma determinada situação, buscando compreender suas motivações e o papel de cada ator social nesse contexto, com esse entendimento “Weber insiste que a ação deve ser entendida em termos do significado *subjetividade intencional* do agente ou os agentes tinham efetivamente em mente” Ringer (2004, p.106), buscando uma compreensão significativa e interpretativa dos fatos.

Metodologicamente, fez-se uso da cartografia para o melhor entendimento do tema, mais especificamente, das ferramentas cartográficas e suas geotecnologias, a fim de obter materiais específicos para a análise da área de estudo, que perpassa desde a sua localização às dinâmicas que as envolvem. Para isso estruturou-se um projeto cartográfico, considerando as teorias que, no presente estudo, seriam utilizadas e, principalmente, os objetivos traçados durante a elaboração da pesquisa. O software escolhido foi o Quantum Gis – QGIS, versão 2.18, Las Palmas, software de código aberto licenciado pela licença pública geral GNU, que disponibiliza uma série de funcionalidades em constante crescimento. Para a elaboração dos mapas, utilizou-se da base dados do Instituto Nacional de Pesquisas (INPE) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

Neste raciocínio os mapas descrevem visualmente: 1. Localização da área de estudo; 2. Localização da Fazenda Santa Marta; e 3. Níveis de desmatamento da Fazenda Santa Marta.

Por outro lado, a pesquisa apoiou-se em um levantamento bibliográfico consistente do estudo do tema a partir da leitura de fontes literárias sobre o assunto em questão (Chizzotti, 2006), com especial atenção aos conceitos fundamentais de conflitos territoriais e atividade de inteligência. Em seguida, sob a técnica de Estudo de Caso, passou-se a uma análise documental, debruçada sobre os documentos produzidos ao longo da ação relacionada ao caso destacado sob uma abordagem qualitativa e quantitativa descritiva (CESAR, 2005).

Por fim, diversos dados que possibilitariam a identificação dos envolvidos em vários níveis com o pseudomovimento identificado e as relações de territorialidade local, foram omitidos em respeito aos princípios e normas da lei n. 12.527/2011 – A lei de acesso à informação – como cuidado ético necessário ao desenvolvimento do estudo (BRASIL, 2011).

3 A DINÂMICA DOS CONFLITOS TERRITORIAIS NO ESTADO DO PARÁ

Com o estabelecimento da política de desenvolvimento da Amazônia, ainda no regime militar brasileiro, através da implantação de regimes de colonização e da construção de uma infraestrutura regional, sobretudo, por meio de malhas viárias, bem como, por meio de incentivos fiscais e econômicos ao investimento da iniciativa privada, iniciou um processo de intensificação de conflitos territoriais muito significativos na região (KOHLHEPP, 2002).

Ao contrário do discurso democrático de integração, o que a política de ocupação promoveu foi a facilitação da aquisição de terras pela iniciativa privada através da doação da parte do valor necessário à aquisição de terras pelos bancos, que, por sua vez, poderiam se

coligar a agricultores para o estabelecimento de atividades econômicas (MARTINS, 1995). Mas, na prática, o que se desenvolveu foi um processo de especulação de terras na região.

Nesse contexto, era natural a expulsão de camponeses pobres de suas áreas originárias, aliado a um processo de escravidão daqueles (KOHLEPP, 2002), que, até os dias de hoje, ainda podem ser encontrados em muitas fazendas do Pará.

Eventuais resistências, por sua vez, eram encaradas como iniciativas subversivas e contrárias à ordem estabelecida pelo regime militar, sendo assim, severamente reprimidas pelo uso da força (MARTINS, 1995). E, essas dinâmicas, certamente, aceleraram o processo de expropriação e exploração irracional do território, resultando em desmatamento e muita violência, envolvendo novos e antigos ocupantes do espaço territorial (SAUER, 2005).

Decerto, tais estratégias passaram a conglobar grupos - em alguns casos, armados - que, diante deste contexto de expropriação, passaram a exigir, por meio de ocupações e de lutas em prol da reforma agrária, o seu quinhão sobre as terras que antes lhes pertenciam.

Nesse contexto, diversos atores territoriais se colocaram em posições potencialmente conflituosas nas relações de poder (RAFFESTIN, 1993) travadas no espaço do campo. Conviviam, de um lado, fazendeiros, normalmente, oriundos de outras regiões do Estado e adquirentes das terras a baixos preços, e colonos, geralmente, agricultores oriundos de outras regiões – notadamente o Nordeste – em busca de terras em razão da expansão da fronteira agrícola, que viviam da exploração da terra, e, de outro, o Estado, que a despeito dos deveres legais de fiscalização do processo de ocupação, se mostrou bastante ausente ao longo da relatada expansão. Ainda, se constatava a presença não menos importante de madeireiros, toreiros, extratores, comerciantes de madeira e atravessadores envolvidos no ramo de exploração – nem sempre legal – de madeira na Amazônia (POKORNY, SOUSA, 2000; VERÍSSIMO *ET AL*, 2002).

Diante de relações nem sempre pacíficas entre estes atores, bem como, em decorrência de disputas territoriais pelo mercado e recursos naturais, de maneira especial, a exploração da madeira, foi natural a eclosão de conflitos e números bastante expressivos.

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Conflitos no Campo Brasil 2016 – nos últimos 25 anos, 1.614 pessoas foram assassinadas no Brasil em decorrência de conflitos no campo. Até hoje, apenas 91 casos foram julgados e resultaram na condenação de 21 mandantes e 72 executores (CPT, 2016). Isso significa que a Justiça no Brasil levou às grades um criminoso para cada 17 pessoas assassinadas em todos esses anos.

No período de 2003 a 2016, observa-se na Figura 01, adiante, que o menor quantitativo de ocorrências de conflito por terra no Brasil foi registrado durante o período de

2007 a 2010, contudo, verifica-se uma tendência crescente a partir do ano de 2009, chegando ao maior quantitativo de ocorrências de conflito por terra no ano de 2016, com 1.079 eventos. Logo, registra-se um aumento de aproximadamente 64% dos conflitos por terra no Brasil em 2016 quando comparado ao ano de 2003.

Quando analisado as ocorrências de conflito por terra em 2016 por Estado, verifica-se que o Estado do Pará corresponde ao 4º Estado com maior número de conflitos por terra, apresentando 116 ocorrências (Figura 2). Os Estados do Maranhão, Rondônia e Bahia correspondem aos estados com maiores números de conflitos por terra, ocupando as três primeiras colocações respectivamente (Figura 2).

Assim, essas informações colaboram com Silva *et al* (2012), que analisa a formação do espaço rural brasileiro como um espaço historicamente marcado por conflitos e pela violência contra o homem do campo, sejam eles índios, agricultores ou trabalhadores assalariados. Violência que nem sempre foi analisada, discutida, denunciada e enfrentada por se tratarem de populações que, em alguns casos, passam despercebidas pela mídia nacional, vindo à tona somente em situação de conflitos limites. A esse respeito Arendt (1994), chama a atenção para o fato de que até mesmo no meio científico a questão da violência tenha sido tratada de maneira secundária e alerta para o risco de naturalização no tratamento da questão da violência, impedindo que haja o descortinamento dos verdadeiros efeitos sobre o cotidiano das pessoas em diversas sociedades.

Para Silva *et al* (2012), em algumas áreas críticas do Estado do Pará, a maioria dos conflitos que envolvem a questão agrária é acompanhada pela prática de pistolagem, fenômeno que começou também a integrar o cotidiano de ocupação da terra. Esse fenômeno é recente no Pará e na Amazônia, datando de mais ou menos trinta anos. Mas, não só neste aspecto o pistoleiro da Amazônia difere do cangaceiro e do capanga do Nordeste (LOUREIRO; PINTO, 2005). Ele tem uma origem histórica e social diferente e possui uma natureza também própria.

Por meio da Figura 3, verifica-se que em relação a Região Norte, o maior quantitativo de ocorrências de violência contra a ocupação e posse em 2016 é referente a ameaça de despejo (8.872) e pistolagem (8.612). Entretanto, no Estado do Pará a maior parte das ocorrências de violência contra a ocupação e posse é referente à pistolagem, apresentando 4.215 casos, isto é, 48,94% da violência por pistolagem ocorrida na Região Norte é oriunda do Estado do Pará (Figura 3). Tem-se, nesse contexto, uma fundamental necessidade de decisões cuidadosas e estratégicas por parte dos órgãos estatais, quando da tomada de ações preventivas, e, sobretudo, quando da realização de ações repressivas aos conflitos territoriais

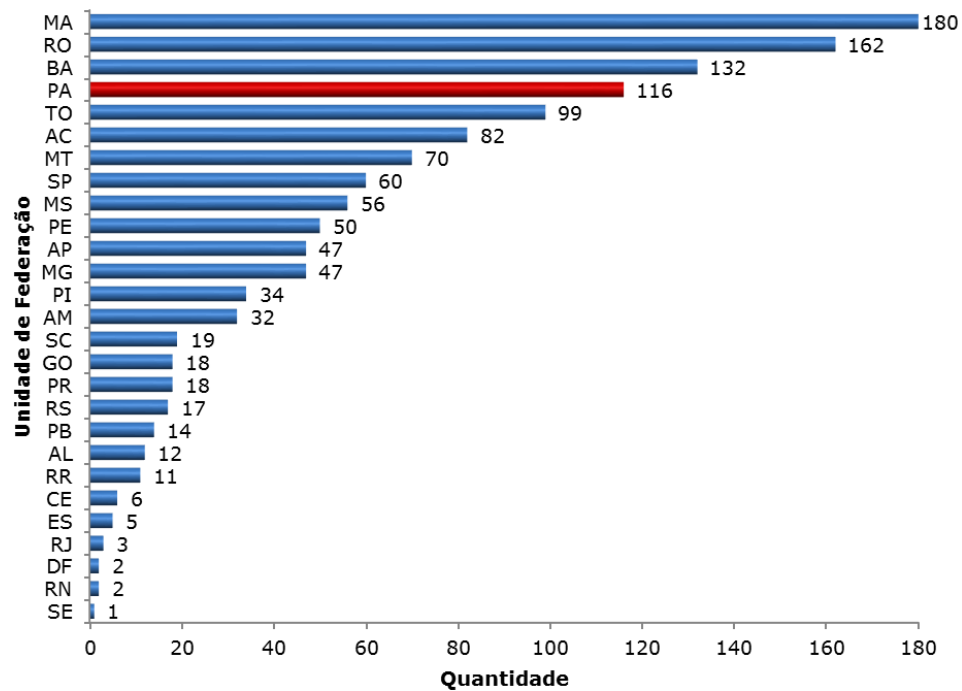
na região. Diante do cenário apresentado a AISP desponta como instrumento capaz de fornecer conhecimentos capazes de nortear decisões acertadas, direcionadas a segurança da sociedade e à paz social.

Figura 1: Quantidade de Conflitos por Terra, no período de 2003 a 2016, por Tipo de Conflito e Ano.



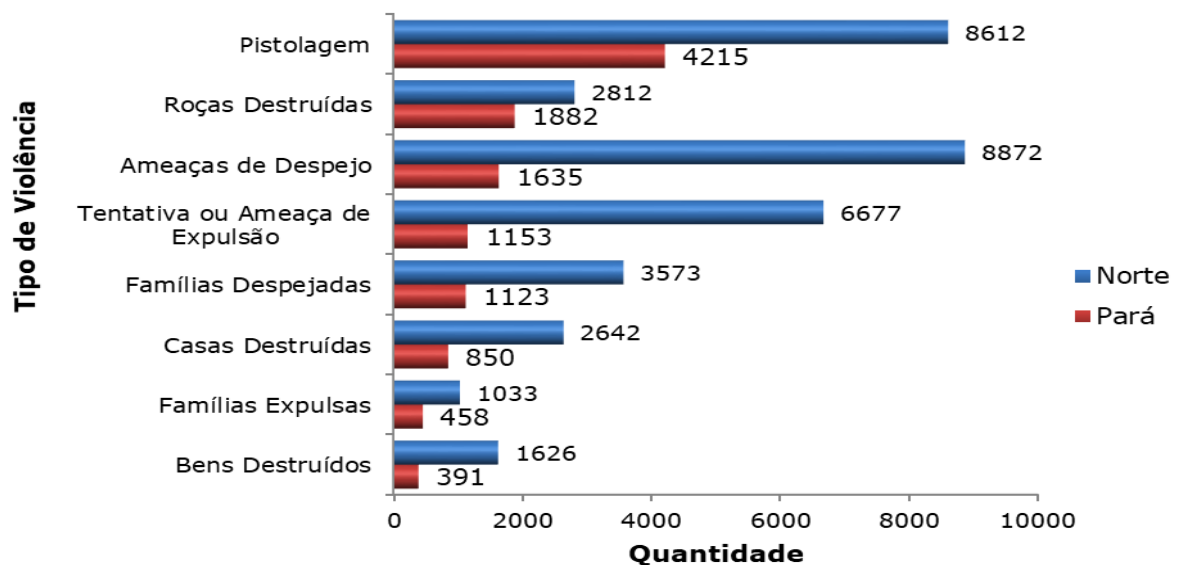
Fonte: Adaptado de dados apresentados por CPT (2016).

Figura 2: Quantidade de Ocorrências de Conflitos por Terra, em 2016, por Unidade da Federação.



Fonte: Adaptado de dados apresentados por CPT (2016).

Figura 3: Quantidade de Violência contra a Ocupação e Posse, na Região Norte e Estado do Pará, em 2016, por Tipo de Violência.



Fonte: Adaptado de dados apresentados por CPT (2016).

3.1 A dinâmica dos conflitos territoriais em Tailândia/PA

Dentro desta perspectiva de ampliação da fronteira amazônica e de afirmação da atividade madeireira, surge o município de Tailândia no Estado do Pará, localizado na mesorregião Nordeste, a cerca de 260 Km de Belém – capital do Estado – possui uma área total de 4.430,222 km² e uma população de 79.297 habitantes (IBGE, 2010). O município é cortado pela Rodovia PA-150 – rodovia estadual que interliga o nordeste ao sudeste paraense.

A abertura da PA-150, na década de 1970, possibilitou e facilitou o fluxo de pessoas e produtos entre as regiões paraenses e tinha como objetivo principal ligar os portos de Belém e de Vila do Conde, ao sul e sudeste do estado do Pará. Mas também possibilitou, por meio de seu corredor, a instalação de madeireiras e serrarias ao longo do leito. Especificamente, no que tange ao trabalho em epígrafe no município de Tailândia-PA.

O asfaltamento da Rodovia PA-150, vinculado à ideia estatal de ocupação de vazios demográficos na Amazônia, em meados da década de 1980, intensificou ainda mais a procura pela atividade madeireira na região, alavancada pela facilidade e velocidade do transporte de produtos florestais. Assim, as madeireiras e serrarias que, inicialmente, estavam dispostas próximo ao núcleo urbano da cidade para facilitar a logística, puderam se deslocar para áreas mais distantes. O fluxo de migrantes também foi facilitado com o asfaltamento da rodovia.

À imagem e semelhança do ocorrido em outras regiões, o assentamento de colonos foi realizado sem que houvesse a necessária criação de uma malha de serviços estatais necessários a sua sobrevivência digna (hospitais, escolas, saneamento básico etc.), configurando assim um vácuo de poder estatal (SOUZA, 2016), que seria imediatamente preenchido por outros atores.

Notadamente, os madeireiros assumiram certos papéis nas relações com os colonos, constituindo parcerias que facilitariam a compra de madeira pelos primeiros. Além disso, diante das dificuldades de sobrevivência, também viam a oportunidade de aquisição de lotes por preços mais baixos.

Em situações de resistência territorial (RAFFESTIN, 1993), aproveitando-se do menor poderio dos colonos, os madeireiros se utilizavam ainda da violência como forma de manter a relação de territorialidade exploratória constituída a partir do processo transmigratório e da ausência estatal (HAESBAERT, 2014).

Com o agravamento do processo predatório e da acusação da omissão estatal quanto ao desmatamento local, o Poder Público se viu compelido a se fazer presente novamente na região, exercendo seu poder no sentido de conter a então propalada crise ambiental.

Como forma de resistir à nova territorialidade imposta pelo Estado, e, ao passo, constatando, de maneira oportuna, que as ocupações realizadas por movimentos sociais levavam significativo período de tempo para serem reintegradas em processos judiciais, estes passaram a simular movimentos e ocupar terras. Surgiu assim um novo ator territorial, foco deste trabalho: os *Sem Toras*, assim compreendidos como um pseudomovimento (FAUSTO, 2005), composto por funcionários das próprias madeiras, que, em uma territorialidade atípica, diferente da havida pelos movimentos sociais verdadeiros, ocupava e explorava os recursos florestais sem maiores impedimentos, ou seja, sob o manto de respeito normalmente dispensado aos movimentos sociais legítimos, especialmente, na década de 2000.

Nesta esteira de ideias, a modificação do espaço se deu por meio da ação dos agentes territoriais, das relações de poder exercidas por cada um deles e, principalmente, através da construção de uma territorialidade (RAFFESTIN, 1993), que naquele momento, baseava-se em relações capitalistas de mercado, direcionadas a exploração de recursos florestais, no caso, a retirada de madeira em pé ou em toras, o beneficiamento nas madeiras locais e a comercialização para os mercados nacional e internacional.

Para melhor entender as relações de força desempenhadas pelos diferentes atores, temos a interpretação dos campos de Pierre Bourdieu (1996), pela qual o campo pode ser considerado tanto um campo de forças, pois constrange os agentes nele inseridos, quanto um campo de lutas, no qual os agentes atuam conforme suas posições, mantendo ou modificando sua estrutura (BOURDIEU, 1996).

Tendo-se que toda relação social é, inevitavelmente, uma relação de poder, se faz necessário analisar a nodosidade gerada por meio dos conflitos de interesses e da imposição do poder econômico em uma região em que há um grande vazio ou vácuo de atuação estatal, e, por isso, abre precedente para que este vazio seja, imediatamente, preenchido por atores que exercem mais poder hegemônicos sobre os demais, podendo levar, inclusive, a utilização do poder em sua forma extrema, a violência (RAFFESTIN, 1993).

Neste entendimento, Souza (2016) descreve uma nova dinâmica de atuação de pessoas, ou grupo de pessoas, envolvidas em práticas ilícitas que reordenam processos e códigos a fim de preencher ou ocupar os espaços vazios deixados pelo Estado. Assim, a territorialidade é construída a partir do que a sociedade vive e vivencia em um território, por meio das relações existenciais e ou produtivas, interações que implicam em mudanças nas relações com a natureza e nas relações pessoais, enfim, nas relações de poder entre os atores (RAFFESTIN, 1993).

Essas transformações territoriais puderam ser sentidas nos números negativos identificados no município de Tailândia, modo geral, como por exemplo, quando foram feitas relações envolvendo os números de homicídios versus desmatamento. Tal constatação, posteriormente, tornou-se pública através dos dados apresentados no Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros de 2007, onde, dos 10% dos municípios com maiores taxas médias de homicídio (por 100.000 habitantes) nos anos de 2002 a 2004, o município de Tailândia-PA despontou como 7º município mais violento do Brasil e 1º do estado do Pará. Em relação à violência contra a população jovem, a classificação foi 57º do Brasil e, novamente, o 1º do Pará. Por fim, em relação aos óbitos por arma de fogo, Tailândia foi, mais uma vez o 1º do Pará (WAISELFISZ, 2007).

No ano de 2008, novamente, Tailândia-PA obteve a marca negativa de município mais violento do Pará e 6º em relação aos municípios brasileiros. E, com relação aos óbitos por arma de fogo, Tailândia-PA apareceu como o 24º do Brasil e 2º do Pará (WAISELFISZ, 2008). No ano de 2009, não foi identificado edição do referido trabalho.

Em 2010, novamente, Tailândia/PA despontou negativamente como município mais violento do Pará e 3º mais violento do Brasil (2003/2007). Na categoria, 15 a 24 anos, o município foi o 2º do Pará e 19º do Brasil. Na categoria, 15 a 29 anos, foi o 2º do Pará e 10º do Brasil (WAISELFISZ, 2010).

Paralelamente à constatação da violência no município de Tailândia-PA, identificou-se também sua inclusão, em fevereiro de 2008, por meio do Ministério do Meio Ambiente, na lista dos municípios que mais desmatam a floresta amazônica, que apesar de não ter atingido a marca de 200 km² - critério para ser incluído na lista – já estava sendo observada pelo governo em razão de seu histórico de devastação e da tensão social provocada por conflitos com madeireiros, neste período Tailândia já havia desmatado cerca de 45% de sua cobertura florestal original (BRASIL, 2008).

Ainda neste aspecto, o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) (MONTEIRO *et al*, 2010), identificou em seu relatório de Transparência Manejo Florestal 2008 a 2009, o desmatamento de 94.385 hectares de floresta, os quais foram explorados sem autorização, no Pará entre agosto de 2008 e julho de 2009, a maioria (74%) ocorreu em 10 municípios. Os cinco municípios com maior área de exploração madeireira não autorizada, foram: Paragominas (16.506 ha), Rondon do Pará (9.556 ha), Goianésia do Pará (7.897 ha), Tailândia (6.284ha) e Tomé-açu (6.191ha) (MONTEIRO *et al*, 2010).

Dos números é nítida a ocorrência do transcurso de poder territorial em violência, em muito, explicado pela relação de exploração de recursos naturais (RAFFESTIN,1993) como

economia local resistente à intenção socioambiental estatal. Na seção seguinte, a afirmativa se apresentou mais verossímil ainda a partir da constatação do desmatamento havido na Fazenda Santa Marta, por meio do esbulho (ato de violência) praticado pela dissimulação de um movimento social.

3.2 Análises Cartográficas de Degradação da Fazenda Santa Marta

Para a presente pesquisa, e melhor entendimento da investigação em curso, notou-se a necessidade de utilizar mecanismos que auxiliassem na representação do local de estudo, com o objetivo de tornar a análise mais completa. Nesse sentido, recorreu-se à cartografia e mais especificamente, as novas geotecnologias, como o software Quantum Gis – QGIS. Dentre as razões, sustenta-se a ideia de que a cartografia apresenta-se como uma ferramenta de apoio a diversas ciências, assim, permitindo a espacialização de qualquer tipo de informação geográfica (MENEZES, 2003).

Assim, a construção cartográfica foi elaborada com base nos municípios que formam a área de estudo, suas características e suas dinâmicas, sobretudo, as econômicas. Assim, sabe-se, preliminarmente, que a Fazenda Santa Marta está situada no município de Moju/PA no nordeste paraense, distando cerca de 200 km da sede urbana/administrativa do referido município, mas, mantém relação direta com a sede urbana/administrativa do município de Tailândia/PA, que dista cerca de 25 km do citado imóvel rural (Figura 04).

As duas cidades compõem o Nordeste Paraense e possuem significativo contingente hídrico, em especial o rio Moju, que perpassa pelo lócus de análise, uma importante via de acesso a região, que historicamente, é tida como uma das áreas da Amazônia mais atingidas pelo desmatamento, muito por conta da exploração madeireira.

Dentre as razões que sustentam esse processo, aponta-se, em suma, uma série de políticas nacionais, que buscavam determinados objetivos políticos e econômicos, que geraram a degradação de grandes extensões territoriais. Com isso se ampliou a escala e a complexidade dos conflitos pelo uso e pela apropriação do território (BECKER, 2001), onde diversos agentes passaram a atuar e a se territorializar, tornando-o palco de disputas e conflitos sociais, que tinham em seu cerne a corrida madeireira.

A fazenda Santa Marta possui área de aproximadamente 255,5km², tendo como principal via de acesso a área, a PA – 150, rodovia estadual, também nomeada de “Paulo Fonteles”, responsável pela ligação entre o nordeste e o sudeste paraense.

Por se tratar de um espaço marcado pelo interesse econômico, especialmente o atrelado a extração madeireira, percebe-se que há o predomínio significativo de serrarias nas

proximidades, que influenciaram as dinâmicas ligadas à fazenda, pelos proprietários e, inclusive, pelos responsáveis pelas invasões que nela se deram. Assim, como um dos efeitos, teve-se a criação de diversas vias e ramais alternativos, que passam pela área de fazenda, como formas de facilitar a obtenção e o transporte da madeira, sobretudo, evitando os postos de fiscalizações, o que intensificou o processo de degradação da Fazenda Santa Marta.

De maneira inicial, percebe-se que há quatro momentos distintos da degradação das áreas verdes da Fazenda Santa Marta, considerando, é claro que cada um deles possui especificidades, que os diferenciam. Deste modo, é possível notar (FIGURA 06), que há o movimento de intensificação da destruição da fazenda gradualmente. O período entre os anos de 1999 e 2001 verifica-se um princípio de desmatamento (4,22 km²) oriundos, principalmente, da instalação da empresa proprietária da mesma com a instalação da sede da fazenda, abertura de vias de acesso entre outros. Nos anos de 2002 a 2004 este índice diminui (2,36km²), mas se mantém um ritmo de derrubada de produtos florestais, este é o período em que a Fazenda Santa Marta está sendo avaliada para a concessão do Certificado de Selo Verde. Para aquisição do Selo Verde, a instituição e/ou empresa passa por um processo de seleção que engloba a autoavaliação por meio de um questionário, a visita técnica e um parecer final. Ainda neste período, é concedido o Selo Verde a Fazenda Santa Marta. No ano de 2006, o ritmo diminui ainda mais, a Fazenda Santa Marta já com Selo Verde e busca a renovação do mesmo. No início de referido ano, a Fazenda Santa Marta é invadida e nos anos seguintes, 2007 a 2010, e identifica-se uma tendência de crescimento do desmatamento atingindo, nestes três anos a marca de 26,98 km² desmatados.

Entretanto, o total desmatado ao longo de toda a ocupação (10 anos, de 2007 a 2017) foi de aproximadamente 96km² ou cerca de 40% da área total da fazenda. Este dado revela, inclusive, estratégias de desmatamento, como o uso de *picadões* – áreas abertas de maneira linear, disfarçando, entretanto, pontos visíveis a partir de estradas confinantes – o que só é identificável via satélite ou em vistorias locais, conforme figura 07.

É nítido também que foi aplicado um potencial exploratório incompatível com as possibilidades de um movimento social legítimo, sabidamente rudimentar em suas práticas, demonstrando a presença de um ator territorial com recursos e poderes totalmente diferentes no local, justamente, os *Sem Toras*.

Neste ponto, a AISP foi determinante para identificação do problema: como agente territorial local e preparado, a mesma se fez presente no local e pôde constatar a incongruência acima apontada, conforme se destacou no tópico seguinte.

Figura 4: Localização da Fazenda Santa Marta, Município de Moju-PA, conforme IBGE(2015).

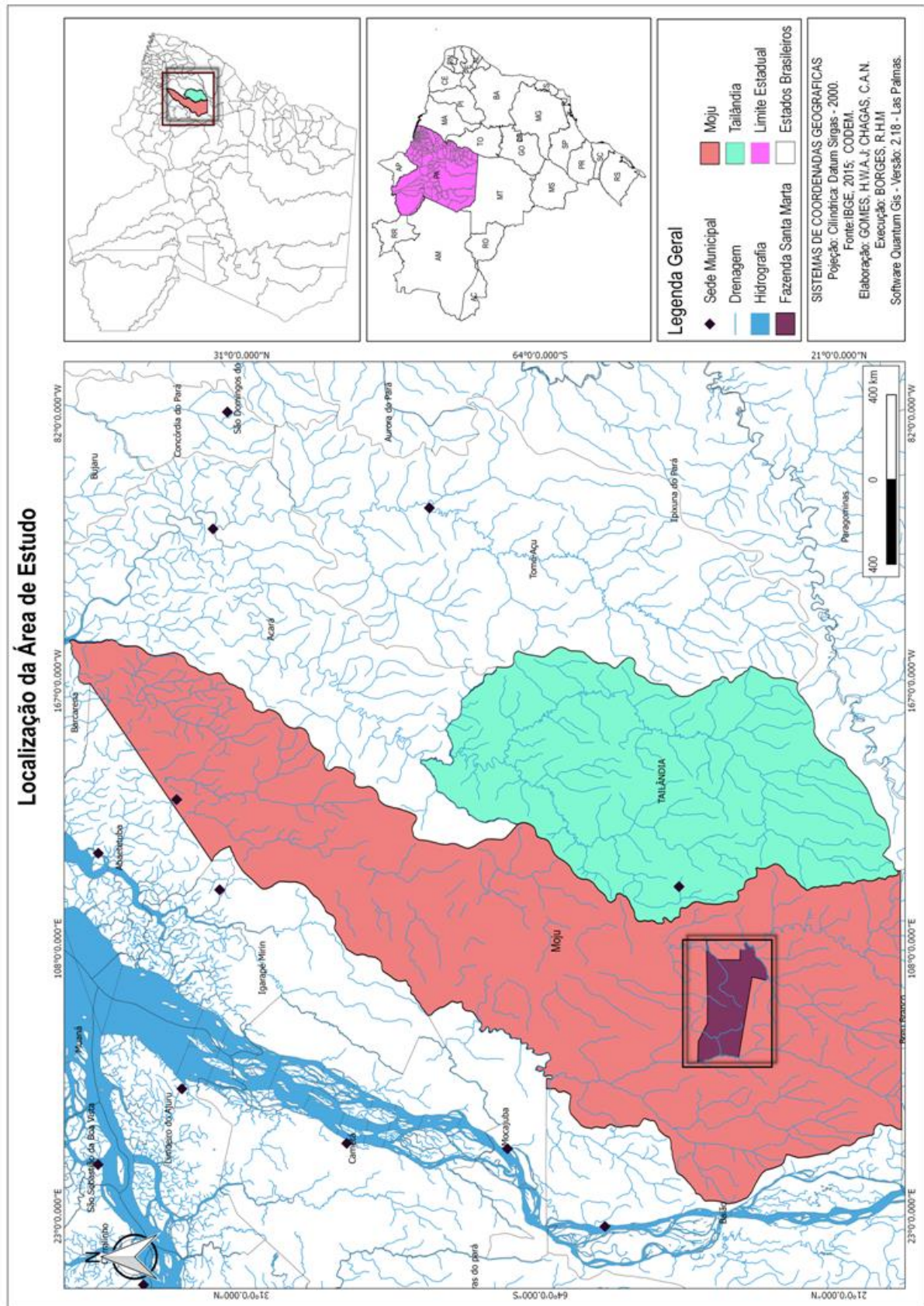


Figura 5: Localização da Fazenda Santa Marta, Moju/PA.

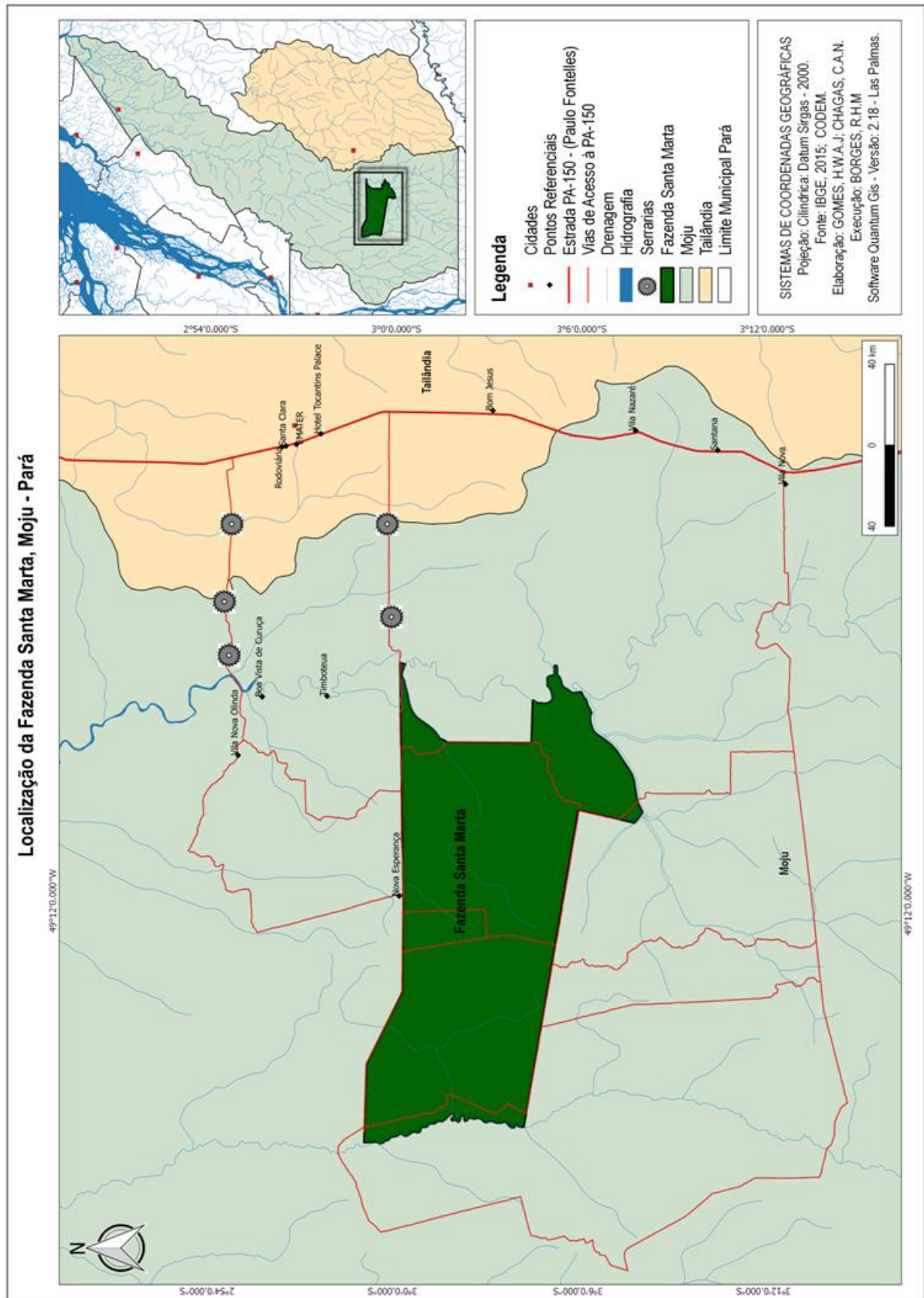


Figura 6: Evolução do desmatamento na Fazenda Santa Marta, Moju/PA, de 1999 a 2010.

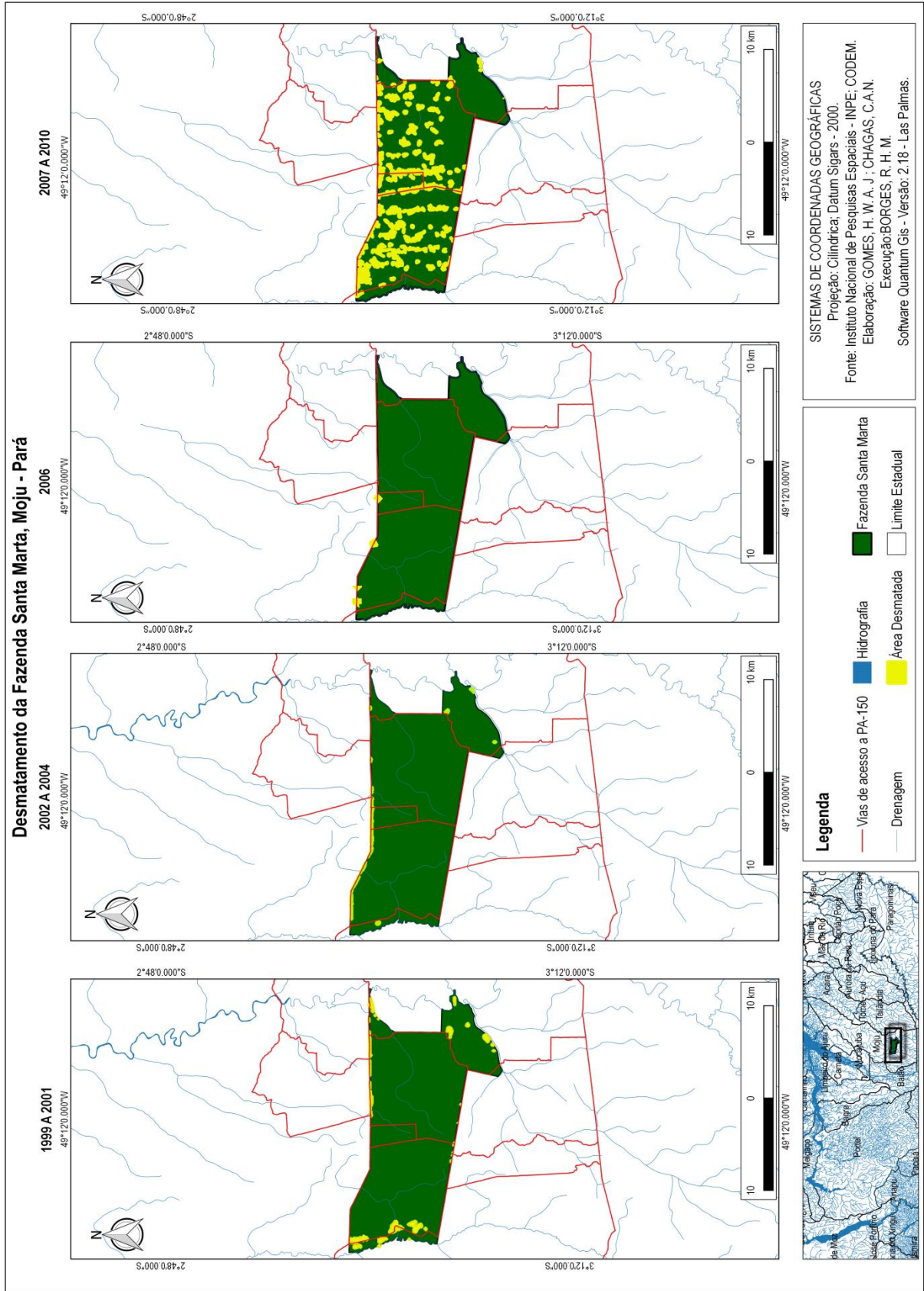
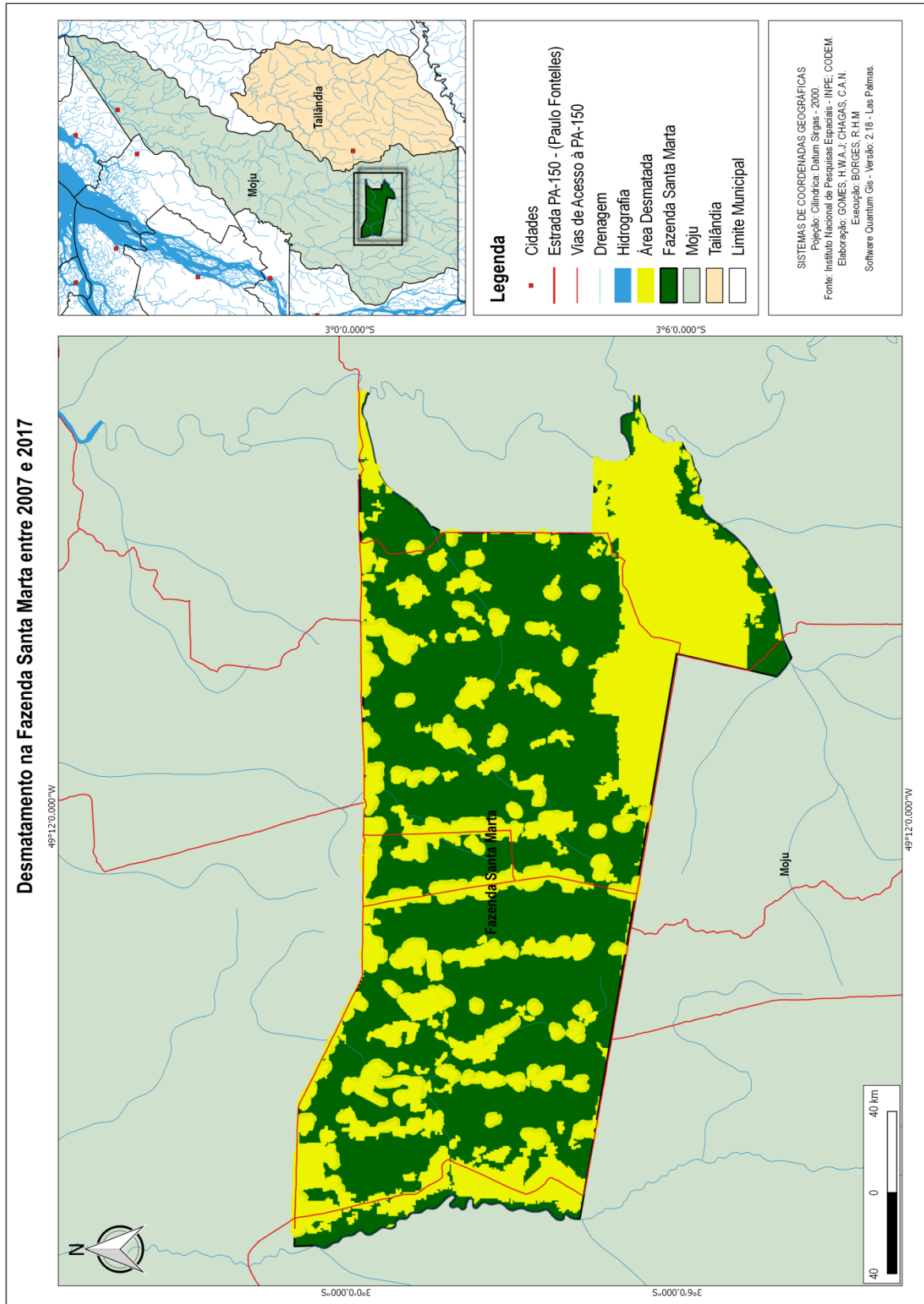


Figura 7: Desmatamento na Fazenda Santa Marta, entre os anos de 2007 e 2017.



4 O Processo de Produção do Conhecimento pela Atividade de Inteligência de Segurança Pública (AISP) no Conflito Territorial da Fazenda Santa Marta.

A produção de um conhecimento de inteligência se dá por meio de 03 formas distintas: 1) Em atendimento de um Plano de Inteligência previamente estabelecido pela instituição; 2) Por iniciativa própria do órgão de inteligência; e 3) Em atendimento a demanda externa (FARIAS, 2017). No caso da Fazenda Santa Marta, o acionamento se deu por meio de demanda específica do gestor da Polícia Militar do Pará (PMPA), que tinha a necessidade de ter informações confiáveis e atualizadas da área, a fim de dar cumprimento a Mandado de reintegração de posse expedido pela Vara Agrária de Castanhal.

A Seção de Inteligência e Estatística do Estado Maior Estratégico – SIE/EME/PMPA, era o órgão responsável, atualmente a denominação é Centro de Inteligência (C. INT/PMPA), estabeleceu prazos e organizou as formas de atuação para o atendimento das necessidades do usuário.

O ciclo da atividade de Inteligência (CEPIK, 2003) pode ser compreendido como uma ferramenta de gestão que gere a utilização de etapas distintas com o objetivo de organizar o trabalho de forma simples e lógica, conferindo ordem ao processo de produção, diminuindo a probabilidade de falhas e de decisões baseadas na intuição (BRASIL, 2016; FARIAS, 2017).

Esta metodologia organizacional consiste, basicamente, em planejar as ações, reunir os dados e informações, processar, analisar, sintetizar e interpretar os dados reunidos e difundir o conhecimento produzido) ao usuário (BRASIL, 2009; BRASIL, 2016; FARIAS, 2017). De todo modo, a finalidade desta metodologia é a identificação de oportunidades e ameaças, fatores favoráveis e desfavoráveis aos objetivos do Estado (BRASIL, 2016; FARIAS, 2017).

Conforme documento relativo à operação de inteligência evidenciou-se que a SIE/EME realizou a coleta e reunião dos dados em seus arquivos e através de pedidos de inteligência a órgãos congêneres e não congêneres e a instituições parceiras. Dentre os dados recebidos percebeu-se um aumento considerável no desmatamento e nos índices de violência no município de Tailândia/PA. Esses dados, posteriormente, foram consolidados por meio do Mapa da Violência Brasil - 2007 a 2010 (WAISELFIZ, 2007, 2008, 2010) e nos relatórios das entidades ligadas a proteção ambiental.

Após a fase de levantamento e análise das informações preliminares feitas pelo analista de informações e mediante a identificação de insuficiência das informações foi solicitado ao setor de operações a realização de busca de dados negados necessários ao planejamento das ações. Durante os trabalhos da Fazenda Santa Marta foi necessário a

utilização dos Elementos Operacionais – ELO's (FARIAS, 2017) no ambiente operacional, a fim de entender os fatores específicos que interligavam os dados já levantados, diga-se violência, desmatamento e ocupação ilegal terras.

O acionamento do Elo se faz por meio de um documento de inteligência denominado Ordem de Busca - OB (FARIAS, 2017), confeccionado pelo analista responsável pela produção de um conhecimento e que necessite de respostas a aspectos essenciais específicos que não estejam ao alcance do órgão por sua natureza ou por estarem protegidos por seu detentor. A OB deverá obrigatoriamente conter elementos que direcionem o setor de operações sobre o assunto a ser abordado, os dados já conhecidos e a missão que deverá desenvolver, o fornecimento destas informações nortearam o planejamento das ações do setor.

De posse da OB, o encarregado de caso da SIE/EME, conforme demonstraram os documentos do caso, avaliou os elementos disponíveis e as necessidades a serem atendidas, a partir daí traçou um plano de operações que contemplasse, além da segurança dos agentes envolvidos, os prazos, a logística, o tipo de operação, as ações específicas, as técnicas operacionais a serem utilizadas dentro outros aspectos.

Primeiramente, se observou que apesar da Fazenda Santa Marta estar localizada no município de Moju/PA, se distancia cerca de 200 km da sede urbana da cidade. Mas que a sede urbana da cidade de Tailândia/PA dista cerca de 25 km do imóvel, deste modo percebeu-se que a Fazenda Santa Marta sofria e sofre influencia territorializante direta do município de Tailândia/PA sendo, então, o local exato para se desenvolver os trabalhos iniciais, como dito ao início do estudo.

Em um primeiro momento, conforme os documentos produzidos na operação, realizou-se a inserção da equipe de inteligência em Tailândia/PA, com o intuito de viver e vivenciar a realidade do município e de seus atores sociais, além de possibilitar o reconhecimento do ambiente operacional, o contato com fontes humanas para a realização de entrevistas e, se necessários, o recrutamentos operacionais. Durante essa fase, observou-se a ligação direta ou a dependência econômica do município com as atividades ligadas à madeira, ao gado e ao dendê, todas essas atividades, em algum momento, dependem da derrubada da floresta para sua expansão. Ponto pacífico foi também o envolvimento direto ou indireto dos principais atores políticos municipais com, no mínimo, um dos setores elencados.

Faz-se necessário esclarecer que o objetivo da busca realizada pelo setor de operações de inteligencia era fornecer elementos ao analista de inteligência com o intuito de tirá-lo do estado de opinião ou dúvida e transportá-lo ao estado de certeza, fato que não pode ser entendido como produção de provas, função específica e constitucional de polícia judiciária.

As entrevistas aplicadas no centro urbano de Tailândia/PA obtiveram os primeiros dados referentes aos conflitos territoriais ali existentes, principalmente, na área rural do município. Segundo estes dados, as ocupações de terra do município eram realizadas, principalmente, por migrantes que ali estavam na busca de trabalho e de um pedaço de terra para se estabelecer com suas famílias. Com o passar do tempo e a não realização de suas aspirações, esses atores deram início a instalação de sindicatos e federações de trabalhadores rurais para reivindicarem acesso a terras, dando início a uma série de ocupações em diversas áreas do município e intensificando as tensões sociais.

Durante essa fase de levantamento de informações pelos ELO's, surgiu o termo "Sem Toras" (literalmente transcrito dos documentos da operação) para identificar os funcionários de madeiras que, devidamente instruídos pelos donos de madeiras, se passavam por integrantes de movimentos sociais legítimos, e ocupavam áreas de terras em reserva ambiental das propriedades privadas e ali desenvolviam a exploração dos recursos naturais financiados por grupos de fazendeiros da região com bastante tempo devido as questões legais relacionadas ao processo de reintegração de posse.

As ações dos "Sem Toras" tornou-se conhecida dentro das áreas urbanas e nos movimentos sociais legítimos. Esses movimentos temiam que a ação dos "Sem Toras" trouxesse uma maior criminalização de seus movimentos e um risco a consecução de seus pleitos e, por este motivo, eram detalhistas ao explicar as ações do pseudomovimento sociais.

Segundo declaração do presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Tailândia publicada em 28 de junho de 2006, constado no processo de reintegração de posse da fazenda na página 41, declara que a liderança do "movimento social" que invadiu a fazenda não faz parte dos quadros sociais do sindicato, dessa forma, não representa os interesses dos trabalhadores rurais de Tailândia (ESTADO DO PARÁ, 2006).

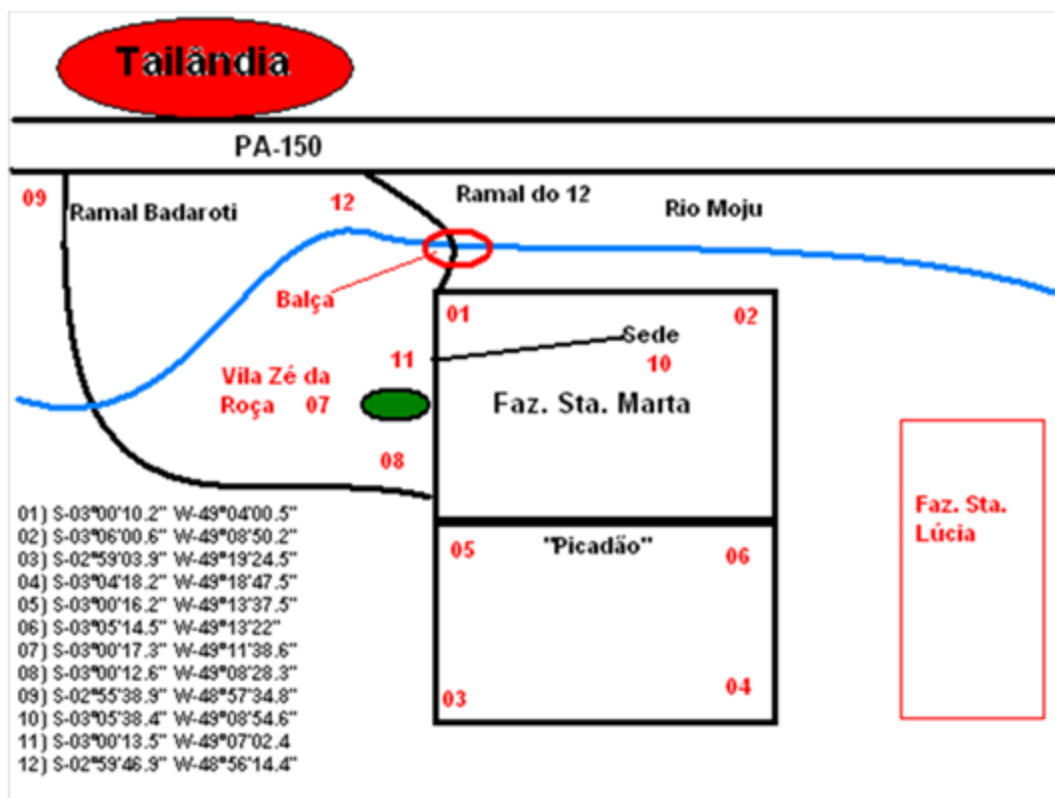
Ainda segundo levantamento de dados no local, havia a prática de pistolagem no interior da Fazenda Santa Marta por grupos rivais, que buscavam a hegemonia e o controle do "movimento" de ocupação. Esses atos de violência podem ser constatados em boletins de ocorrências e termos de declarações juntadas aos autos do processo, onde se tem vários registros de disputa pelo poder dentro do movimento, levando a morte de vários ocupantes.

Após o término da fase de levantamento de dados, deu início uma incursão na Fazenda Santa Marta com o objetivo de dirimir o Estado de incerteza sobre alguns fatos. A ação em si possuía inúmeros riscos à segurança dos agentes de inteligência envolvidos, principalmente, por se tratar de policiais militares, não identificados, desarmados, trabalhando sigilosamente e sem uma equipe de apoio a segurança. Outro ponto de risco era a possibilidade de

envolvimento de membros da segurança pública local com os agentes políticos e econômicos responsáveis pelo financiamento dos “Sem Toras”, trazendo riscos ao sigilo da missão. Apesar das adversidades e dos riscos à segurança, optou-se por uma ação de inteligência controlada de aproximação com o auxílio ou utilização de estória de cobertura para, após avaliação, dar continuidade a operação.

A ação se desenvolveu em um período pré-determinado com a construção de uma estória cobertura baseada nas informações já obtidas pela equipe de campo que possibilitou a aproximação e o primeiro contato com os ocupantes da área. Após a fase da desconfiança, os ocupantes forneceram acesso aos agentes de operacionais. A segunda entrada na Fazenda Santa Marta, já realizada com a permissão dos ocupantes, possibilitou a utilização de outras técnicas operacionais que, aliadas a atenção e a experiência dos agentes, forneceu dados de grande importância, viabilizou a confecção de um croqui operacional da área (Figura 08), proporcionou que mais contatos fossem realizados e um nível de segurança maior à equipe.

Figura 08: Croqui operacional da Fazenda Santa Marta, em Moju-PA, no ano de 2008.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da operação (ESTADO DO PARÁ, 2006).

Dentre os dados coletados, conforme documentos da operação e do processo judicial de reintegração, destacou-se a identificação e o contato direto com os líderes da ocupação. A

quantidade de mulheres no acampamento era bem reduzida e as que lá estavam eram responsáveis pela cozinha do acampamento; Não haviam crianças no interior da ocupação; Verificou-se grande quantidade de homens, que deixam o “barracão” do acampamento pela manhã adentram a mata e retornam somente para o almoço, retornando a área de mata após o almoço e breve descanso. Grande maioria destes homens deixa o acampamento nos finais de semana levando consigo em um pequeno saco ou sacola, chamados por eles de “boroça”, seus pertences pessoais retornando somente na segunda feira pela manhã; Identificou-se a presença de armas de fogo do tipo espingarda; Ao longo da via de acesso à fazenda, chamado de “Vicinal do 12”, foi identificado e fotografado grande quantidade de fornos de carvão; Foi identificado e fotografado rastros de veículos de grande porte (caminhões e tratores) adentrando a área de mata da fazenda; Não foi identificada a criação de pequenos animais (galinhas, porcos, patos entre outros) ou o cultivo de hortaliças e roças comuns a agricultura familiar; Identificou-se, no interior do acampamento, grande quantidade de alimentos industrializados, camburões de combustíveis, frascos de óleo de motor e grande número de ferramentas; Não havia, entre os ocupantes, o sentimento de posse da terra e, por isso, não tinham a intenção de reagir a ação policial de reintegração de posse, além do que já estavam orientados a sair sem resistência e retornar tão logo a força policial deixasse a área; Os ocupantes tinham conhecimento que a qualquer momento ocorreria ação policial para tirá-los do local.

Diante das informações analisadas e da base doutrinária estabelecida pela DNISP (Brasil, 2009), ficou constatado que não se tratava de movimento social de luta pela terra, e sim de um grupo de exploradores de produtos florestais. Um fato chamou a atenção da equipe de campo, a identificação de rastro de entradas de caminhões nas áreas de extração florestal, mas sem o registro de sua saída do local.

Para esclarecer a pendência realizou-se uma vigilância fixa motorizada na Rodovia PA 150, em frente a vicinal de saída da fazenda, no período noturno, com o intuito de identificar a saída dos veículos, mas após duas noites seguidas não houve êxito. Em ação contínua, realizou-se vigilância móvel motorizada na estrada “Vicinal do 12” e, concomitantemente, uma vigilância fixa a pé próximo as serrarias da cidade de Tailândia/PA nos horários de 14h às 19h. Somente assim, identificou-se a estratégia de escoamento da madeira.

A vigilância fixa a pé identificou a chegada de diversos veículos carregados de ‘toras’ de madeira nos horários de 17h as 20h, mas esses veículos não vinham da Rodovia PA-150, eles estavam vindo de um ramal localizado aos fundos da cidade, conhecido como Ramal do Badaroti, não se tinha conhecimento que a via interligasse a Fazenda à área urbana.

A equipe de vigilância móvel, conforme foi relatado na documentação da operação, identificou o trânsito dos veículos carregados, a partir das 16h, os quais trafegavam através de ramais alternativos e de entradas na própria Vicinal do 12. As entradas foram imediatamente verificadas pela equipe e serrarias improvisadas foram assinaladas. Os ramais alternativos foram verificados no dia seguinte onde, também, outras serrarias foram assinaladas. Mais adiante, através de informações obtidas através de colaboradores locais, se tomou conhecimento de outros ramais de circulação, abertos por madeireiros, nos fundos da fazenda que conduziam os caminhões em direção à cidade de Goianésia do Pará/PA – direção contrária a área urbana de Tailândia/PA –, mas não foi possível a constatação *in locu* em razão da segurança da equipe.

A utilização dessas vias alternativas era realizada para fugir das fiscalizações na Rodovia PA-150 e, principalmente, para não chamar a atenção pela quantidade de caminhões “toreiros” circulando. Os dados obtidos atenderam e até mesmo superaram as expectativas da equipe. Após o encerramento da operação, o encarregado de caso finalizou, formalizou e encaminhou o relatório da missão a sessão competente.

Após a análise do produto da inteligência pelo gestor, o Comandante Geral da PMPA. O conhecimento produzido foi utilizado, inicialmente, para assessorar na realização de operação de reintegração de posse, a qual ocorreu dentro da normalidade e sem a necessidade do uso progressivo da força. Mais adiante, o conhecimento produzido foi difundido para órgãos congêneres ligados ao meio ambiente. Este conhecimento produzido e difundido serviu de base, mais tarde, para a execução da primeira operação Arco de Fogo, desenvolvida pelo Governo Federal, em parceria com instituições estaduais, que foi realizada no município de Tailândia no ano de 2008.

De modo geral o que se constatou foi a ação de um grupo organizado, e bem instruído, que tinha por objetivo a extração e a comercialização de produtos florestais existentes na Fazenda Santa Marta. Desde sua ocupação, em 05/05/2006 (ESTADO DO PARÁ, 2006, p.05), até a data de sua desocupação final em 16/12/2016 (p.3419), aproximadamente 96,6 km² de floresta foram desmatados, várias operações policiais, em apoio ao Poder Judiciário, foram realizadas com o intuito de reintegrar a posse do imóvel ao seu legítimo dono, mas tão logo as tropas policiais e os oficiais de justiça saíam da área em litígio os ocupantes retornavam e reiniciavam as ações criminosas.

Neste caso, a ausência dos aparatos estatais de controle e fiscalização possibilitou que estes grupos, denominado “Sem Toras”, esbulhassem a área em estudo por 10 anos consecutivos, causando prejuízos ao proprietário e danos ambientais imensuráveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em pleno século XXI, constata-se que os conflitos agrários ainda se denotam como uma característica marcante da realidade dos Estados da Região Norte do país, em especial do Estado do Pará, sobretudo, em razão do problemático processo de ocupação de terras ocorrido na década de 1980, que promoveu uma verdadeira desterritorialização de diversos colonos e agricultores originários, permitindo o ingresso de grandes empreendimentos agropecuários (HAESBAERT, 2014; BECKER, 1991; COSTA, 1999; CASTRO *et al*, 2008).

Restou ao Estado e suas instituições, desta forma, a função de mediador destes conflitos, de maneira mediata, por meio da tomada de políticas públicas sempre polêmicas e lentas de integração e assistência às comunidades excluídas e movimentos sociais, bem como, de maneira imediata, a gestão direta dos conflitos instaurados também, na maioria dos casos, por movimentos sociais, sob o dever de resguardo da integridade de todos os envolvidos, o que lhe coloca numa posição deveras problemática.

Como visto através dos dados acima analisados, a atividade de inteligência se insere neste contexto sociopolítico como importante meio de equilíbrio, por meio do fornecimento de informações inteligentes que, de maneira comum, não seriam passíveis de obtenção pelos agentes de segurança e tomadores de decisão.

Se utilizada de maneira coerente, a atividade de inteligência, além de evitar o agravamento de conflitos oriundos de um complicado processo histórico, certamente, poderá gerar um melhor equilíbrio e compreensão da dinâmica territorial e, quem sabe, propiciar a reconstrução dos problemas clássicos encontrados no Pará.

Portanto, a AISP pode figurar como um ator territorial (RAFFESTIN, 1993) que, pelo acúmulo de informações, pode gerir o dispêndio de energia estatal para melhor exercício do poder e gestão de conflitos territoriais no campo, especialmente, no historicamente problemático contexto do Estado do Pará.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

BECKER, B. **Amazônia**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991. Série Princípios.

BECKER, Berta K. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?** In: Parcerias Estratégicas, MCT, n° 12, 2001; p. 135-159. Disponível em: <

http://sinop.unemat.br/site_antigo/prof/foto_p_downloads/fot_8377beckeb_amazonia_contem_pobynea_pdf.pdf >. Acesso em: 07/01/2018.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas: Ed. Papirus, 1996.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Mais sete municípios na lista dos maiores desmatadores**. 2008. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/5344-mais-sete-municipios-na-lista-dos-maiores-desmatadores> > Acesso em: 15.12.17.

_____. **Doutrina Nacional de Inteligência em Segurança Pública**. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2009.

_____. **Doutrina Nacional de Inteligência: fundamentos doutrinários**. Brasília: ABIN, 2016.

_____. Presidência da República. **Lei n. 12.527 de 18 de novembro de 2011**. Lei de Acesso à informação. 2011.

CASTRO, Edna; ARAÚJO, Roberto; ROCHA, Gilberto; SÁ, Maria E.; MATHIS, Armin; MONTEIRO, Maurílio; PUTY, Cláudio; MONTEIRO, Raimunda; CANTO, Otávio; BENNATTI, José. **Estado e Sociedade na BR-163: Desmatamento, conflitos e processos de ordenamento territorial**. In: Sociedade, território e conflitos: BR-163 em questão. Organizado por Edna Castro. Belém: NAEA, 2008.

CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia Regina da Silva; ANDRADE, Thiago Valentim. **Conflitos no Campo – Brasil 2016**. 1. ed. Goiânia: CPT, 2016.

CESAR, A.M.R.V.C. **Método do Estudo de Caso (Case studies) ou Método do Caso (Teaching Cases)? Uma análise dos dois métodos no Ensino e Pesquisa em Administração**. REMAC Revista Eletrônica Mackenzie de Casos, São Paulo-Brasil, v. 1, n. 1, p. 1, 2005.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ESTADO DO PARÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Autos do Processo n. 0077.2007.2.001710-9. 2007.

ESTADO DO PARÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Autos do Processo n. 0002573-96.2006.814.0015. 2006.

FARIAS, Antônio Cláudio Fernandes. **Atividade de Inteligência: O Ciclo da Produção do Conhecimento**. Belém: Edições do autor, 2017.

FAUSTO, Ruy. Para além da gangrena. **Lua Nova: revista de cultura e prática**. São Paulo. V. 65. N. 65. Pp. 203-228. 2005.

FERRO JÚNIOR. C. M. **A Inteligência e a gestão da informação policial**. Brasília: Fortium, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite: Território e Multi/Transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de Interesse no ordenamento territorial da Amazônia Brasileira. **Estudos Avançados.** V. 16. N. 45. Pp. 37-61. 2002.

LOPES DA SILVA J. R. P. **Tailândia, Pará: A história do primeiro município a receber a Operação Arco de Fogo.** 2011.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. **A questão fundiária na Amazônia.** Estudos avançados, v. 19, n. 54, p. 77-98, 2005.

MARTINS, José de Souza. **A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil.** Tempo Social. V. 6. N. 1. Pp. 1-25. 1995.

MENEZES, P. M. L. **Novas Tecnologias Cartográficas em Apoio às Geotecnologias e à Análise Geográfica.** In: 9 Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2003, Mérida, 2003.

MONTEIRO, André; CARDOSO, Dalton; CONRADO, Denis; VERÍSSIMO, Adalberto; SOUZA JR., Carlos. **Transparência e Manejo Florestal.** Belém: Imazon, 2009

POKORNY, B.; SOUSA, R. **Diagnóstico sócio-econômico da indústria madeireira Peracchi, no município de Tailândia, Estado do Pará.** Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2000.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993. Série Temas.

REVISTA ÉPOCA. **Estão roubando o futuro da Amazônia?** Invasões atingem madeiras que tentam operar preservando a floresta. V. 444. 2006. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG75762-6009,00.html>> Acesso em: 05.10.17.

RINGER, Fritz K. **A Metodologia de Max Weber: Unificação das Ciências Culturais e Sociais.** São Paulo: Edusp, 2004.

SAUER, Sérgio. **Violação dos direitos humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense.** Goiânia: CPT; RJ: Justiça Global ; Curitiba: Terra de Direitos, 2005.

SILVA. C. F. *Et al.* **Conflitos agrários, violência e impunidade: a luta do campesinato paraense por justiça social.** 2012. Disponível em: <http://www.andhep.org.br/anais/arquivos/VIIencontro/gt11-04.pdf>.> Acesso em 22,09.13.

SOUZA, Jaime Luiz Cunha de. **Tecnologias, testemunhas e investigação: novas dinâmicas do trabalho policial – 1.Ed. – Belém,PA: Paka-Tatu, 2016.**

VERÍSSIMO, Adalberto; UHL, Christopher; MATTOS, Marli; BRANDINO, Zeni; VIEIRA, Ima. Impactos Sociais, Econômicos e Ecológicos da Exploração Seletiva de Madeiras numa Região de Fronteira na Amazônia Oriental: O Caso de Tailândia. In: **A Expansão madeireira**

na Amazônia: Impactos e perspectivas para o desenvolvimento sustentável no Pará. / Editado por Ana Cristina Barros e Adalberto Veríssimo. - Belém: Imazon, 2002.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa das mortes por violência:** estudos avançados. v. 21, n. 61, p. 119-138, 2007.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência dos municípios brasileiros 2008.** Brasília: RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Justiça, 2008.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2010:** Anatomia dos Homicídios no Brasil. Brasília: RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Justiça, 2010

CAPÍTULO 3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

3.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, se verificou o atendimento do objetivo geral designado: analisar a atuação da atividade de inteligência da Polícia Militar do Estado do Pará como instrumento de prevenção e controle estatal nas tensões territoriais resultantes da atuação do movimento dos “Sem Toras” no município de Tailândia/PA entre os anos de 2007 a 2010.

Deste modo, a análise bibliográfica e documental, realizada ao longo do estudo, possibilitou a compreensão do processo de construção territorial do município de Tailândia/PA por meio da ação dos agentes envolvidos e de suas dinâmicas de ocupação e exploração, até a criação do pseudomovimento social, denominado *Sem Toras*, destinados a ludibriar as instituições de fiscalização do Estado. Da mesma forma, a análise histórica e evolutiva da atividade de inteligência permitiu ponderar sobre sua utilização em tempos pretéritos e sua adequação ao sistema democrático contemporâneo.

As tensões entre os agentes territoriais resultantes da ambição econômica pela extração e comercialização dos produtos florestais no município de Tailândia/PA, se manifestaram por meio dos números divulgados e analisados nos relatórios do mapa da violência do período estudado, os quais puseram o município em destaque negativo em relação aos homicídios na região.

O estudo de caso realizado na Fazenda Santa Marta, em especial o projeto cartográfico realizado em períodos diferenciados, confirmou a prática ilegal em larga escala de extração madeireira, onde se verifica um aumento considerável no desmatamento a partir da data de ocupação, pelos “Sem Toras”, do referido imóvel rural.

Neste sentido, a atividade de inteligência se apresentou como ferramenta de assessoramento do processo decisório, auxiliando o planejamento de ações de segurança pública, buscando maximizar os resultados positivos e minimizar os danos. Com esse enfoque, a ação Da Atividade de Inteligência de Segurança Pública, vista como instrumento de prevenção e controle do Estado, apresentou vantagens estratégicas na dinâmica da identificação e prevenção de conflitos territoriais rurais no município de Tailândia/PA, possibilitando o acompanhamento das ações do pseudomovimento social rural, que buscava mascarar suas reais intenções.

No mais, recomenda-se a continuidade deste estudo por meio do aprofundamento empírico em torno da atual situação do município de Tailândia e transformações que importaram na sua transformação, a despeito dos problemas apresentados, em Município Verde, bem como, através de entrevistas a possíveis envolvidos no pseudomovimento social

nominado “Sem Toras”. Recomenda-se, ainda, a expansão de estudos de caso em torno da questão de uso da prática de pseudomovimentos sociais como forma de burlar normativas agrárias, bem como, das potencialidades da atividade de inteligência para detecção destas práticas interessantes à segurança pública.

Como medida de intervenção, recomenda-se o estreitamento de laços entre as instituições de Atividade de Inteligência para criação de uma *cultura de inteligência*, consistente num *habitus* (BORDIEU, 1996) de compartilhamento de informações e cooperação mútua, bem como, aproximação aos órgãos locais de segurança pública. Recomenda-se, ainda, a construção de mecanismos de georreferenciamento para detecção de padrões referentes à ocupação de terras e desmatamentos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Priscila. **SNI e ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros no século XX**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

ALMEIDA, A.W.B. “**O Intransitivo da Transição: o Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965- 1985)**”. In: LÉNA, P.; OLIVEIRA, A.E. (org.). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. 2. Ed. Belém: CEJUP: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992.

BECKER, B. **Amazônia**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1991. Série Princípios.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas: Ed. Papyrus, 1996.

CANUTO, Antônio; LUZ, Cassia Regina da Silva; WICHINIESKI, Isolete. **Conflitos no Campo Brasil, 2011**. 1. ed. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra-CPT Nacional Brasil, 2012.

CASTRO, Edna; ARAÚJO, Roberto; ROCHA, Gilberto; SÁ, Maria E.; MATHIS, Armin; MONTEIRO, Maurílio; PUTY, Cláudio; MONTEIRO, Raimunda; CANTO, Otávio; BENNATTI, José. **Estado e Sociedade na BR-163: Desmatamento, conflitos e processos de ordenamento territorial**. In: *Sociedade, território e conflitos: BR-163 em questão*. Organizado por Edna Castro. Belém: NAEA, 2008.

CEPIK, Marco A. C. **Serviço Governamental: Contextos nacionais e desafios contemporâneos**. Niterói/RJ: Impetus, 2011.

_____. **Espionagem e Democracia**. Rio de Janeiro, FGV. 2003

COSTA. L. Miranda. **Discurso e Conflitos: Dez anos de disputa pela terra em Eldorado dos Carajás**. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

Conselho Nacional de Justiça – CNJ. **Relatório sobre a situação dos conflitos fundiários rurais no Brasil no ano de 2008**. Disponível em:

<http://www.criminologiacritica.com.br/arquivos/1312905484.pdf>. Acesso em 23 de set de 2013.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DEMO, Pedro. **Conhecimento moderno: sobre ética e intervenção do conhecimento**. 2 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

DENT, B. D.; TORGUSON, J.; HODLER, T. **Cartography: Thematic Map Design**. 6. ed. Boston: McGraw Hill Higher Education, 2009.

FERRO JUNIOR. Celso Moreira. **A inteligência e a Gestão da Informação policial**. Brasília: Fortium. 2008.

FIBGE. **Produção e rendimento total do Estado do Pará**. Belém: Delegacia regional do IBGE/Pará, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população** – curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREGAPANI, Gelio. **Segredos da Espionagem: A influência dos serviços secretos nas decisões estratégicas**. 2. ed. Ampliada. Brasília/DF. Thesaurus, 2012.

GIDDENS, Anthony. **Estado Nação e a Violência: Segundo Volume de Uma Crítica Contemporânea ao Materialismo Histórico**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

GONÇALVES, J. Brito. **Atividade de Inteligência e Legislação Correlata**. Niterói: Ed. Impetus, 2009.

GOSS, K. P.; PRUDÊNCIO, K. **O Conceito de movimentos sociais revisitado**. Em Tese, v. 2, n. 1, p.75-91, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite: Território e Multi/Transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

KEEGAN, John. **Inteligência na Guerra** – Conhecimentos do inimigo, de Napoleão à Al-Qaeda. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

LIMA, Marta Goreth Marinho; PEREIRA, Elves Marcelo Barreto. Populações tradicionais e conflitos territoriais na Amazônia. **Geografias**. V. 3, N. 01, Pp. 107-119. 2007.

LOPES DA SILVA J. R. P. **Tailândia, Pará: A história do primeiro município a receber a Operação Arco de Fogo**. 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NECTOUX, F., KURODA, Y. **Timber from the South Seas: an analysis of Japan's tropical timber trade and environmental impact**. Gland: World Wildlife International, 1989.

PEREIRA, Matias Jose. O processo de ocupação e desenvolvimento da Amazônia: A implementação de políticas públicas e seus efeitos no meio ambiente. **Revista de Informação Legislativa**. V. 34, N. 134, Pp 75-86. 1997.

POKORNY, B.; SOUSA, R. **Diagnóstico sócio-econômico da indústria madeireira Peracchi, no município de Tailândia, Estado do Pará**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2000.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Série Temas. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 12. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

SANT' ANNA, A. A. e YOUNG, C. E. F. **Conflitos no campo e desmatamento na Amazônia: duas faces de uma mesma moeda**. (2008). Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/gema/pdfs/conflitos_no_campo_e_desmatamento_na_amazonia.pdf. Acesso em 18 de set de 2013.

SILVA, O. A da. **Conflitos agrários, movimentos sociais e a ação de governos neoliberais: o caso do município de ponto novo no estado da Bahia – Brasil**. Revista de geografia agrária, v. 8, n. 15, p. 1-17, fev., 2013.

SOUZA, Jaime Luiz Cunha de. **Tecnologias, testemunhas e investigação: novas dinâmicas do trabalho policial**. 1. ed. – Belém: Paka-Tatu, 2016.

TZU, Sun. **A Arte da Guerra** – edição completa. São Paulo: Martins Fontes. 2004

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. **O uso do método comparativo nas Ciências Sociais**. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre: v. 9, p. 49-87, 1998.

TEIXEIRA, Elizabeth: **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. 6. ed. Belém: Grapel, 2003.

VERÍSSIMO, Adalberto; UHL, Christopher; MATTOS, Marli; BRANDINO, Zeni; VIEIRA, Ima. **Impactos Sociais, Econômicos e Ecológicos da Exploração Seletiva de Madeiras numa Região de Fronteira na Amazônia Oriental: O Caso de Tailândia**. In: A Expansão madeireira na Amazônia: Impactos e perspectivas para o desenvolvimento sustentável no Pará. / Editado por Ana Cristina Barros e Adalberto Veríssimo. Belém: Imazon, 2002.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez / Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

**APÊNDICE A – SOLICITAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE PESQUISA DOCUMENTAL
JUNTO À VARA AGRÁRIA DE CASTANHAL - PA**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

Belém, 28 de junho de 2017.

OFÍCIO Nº 042/2017-PPGSP

Exmo. Sr. André Luiz Filo-Creão Garcia da Fonseca

Juiz Diretor da Vara Agrária de Castanhal - PA

Assunto: Solicitação de realização de pesquisa documental.

Prezado Senhor,


O Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará cumprimenta vossa excelência e, na oportunidade, apresenta o discente **Herick Wendell Antônio José Gomes**, regularmente matriculado neste Programa de Pós-Graduação, área de concentração em Segurança Pública, Conflitos e Justiça Criminal, na linha de pesquisa Conflitos, Criminalidade e Tecnologias da Informação, sob a Orientação do Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas.

O objetivo do presente é solicitar a vossa excelência autorização para que o discente acima possa proceder à pesquisa documental neste Órgão, em especial, acessando processos envolvendo conflitos territoriais nos Municípios de Tailândia e Moju, para análises em torno da natureza e características daqueles conflitos e seus atores territoriais, com a autorização para leitura e retirada de cópias dos documentos interessantes à pesquisa, obviamente, respeitados os postulados éticos e de sigilo de informações, nos termos dos Arts. 1º, I; 3º, I, II, IV; 7º, II; 9º, I, c; 10, §1º, 11 e 12, todos da Lei n. 12.527/11, a Lei de Acesso à Informação, assim como, dos Arts. 11 e 189, da Lei 13.105/15.

Em especial, solicita-se acesso ao processo nº 0002573-96.8.14.0015, assim como, a demais processos que envolvam a área da Fazenda Santa Marta, por constituir área interessante ao objeto de pesquisa. Estas informações irão viabilizar a realização da dissertação de Mestrado do referido discente e favorecerão a elaboração de futuras Políticas Públicas na área da Segurança Pública.

Congratulando vossa senhoria e equipe, colocamo-nos à disposição e agradecemos a receptividade e guarida à nossa solicitação, enquanto despedimo-nos em cordiais saudações.

Atenciosamente,


Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos
Coordenador PPGSP/UFPA
Portaria Nº 991/2017 - Reitoria

ANEXO 1 – DIRETRIZES E COMPROVANTE DE SUBMISSÃO DA REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DIRETRIZES PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS PARA A REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

As referências bibliográficas devem ser citadas ao final do artigo, obedecendo aos seguintes critérios:

Livro: sobrenome do autor (em caixa alta) /VÍRGULA/ seguido do nome (em caixa alta e baixa) /PONTO/ data entre parênteses /VÍRGULA/ título da obra em itálico /PONTO/ nome do tradutor /PONTO/ nº da edição, se não for a primeira /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO.

Artigo: sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como no item anterior) / “título do artigo entre aspas /PONTO/ nome do periódico em itálico /VÍRGULA/ volume do periódico /VÍRGULA/número da edição /DOIS PONTOS/ numeração das páginas.

Coletânea: sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) / título do capítulo entre aspas /VÍRGULA/ in (em itálico)/ iniciais do nome, seguidas do sobrenome do(s) organizador(es) /VÍRGULA/ título da coletânea, em itálico /VÍRGULA/ local da publicação/VÍRGULA/ nome da editora /PONTO.

Teses acadêmicas: sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) /VÍRGULA/ título da tese em itálico /PONTO/ grau acadêmico a que se refere /VÍRGULA/ instituição em que foi apresentada /VÍRGULA/ tipo de reprodução (mimeo ou datilo) /PONTO.

Quadros e tabelas

A inclusão de quadros ou tabelas deverá seguir as seguintes orientações:

- a) Quadros, mapas, tabelas etc. em arquivo Excel ou similares separado, com indicações claras, ao longo do texto, dos locais em que devem ser incluídos.
- b) As menções a autores, no correr do texto, seguem a forma-(Autor, data) ou (Autor, data, página).
- c) Colocar como notas de rodapé apenas informações complementares e de natureza substantiva, sem ultrapassar 3 linhas.

Os critérios bibliográficos da Revista Brasileira de Segurança Pública tem por base a NBR

6023:2002, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. O trabalho é inédito no Brasil e sua publicação não está pendente em outro local; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. O trabalho tem entre 20 e 45 mil caracteres com espaço, consideradas as notas de rodapé, espaços e referências bibliográficas.
4. O trabalho não contém qualquer forma de identificação do autor ao longo do texto, respeitando os princípios da avaliação por pares cega.

O texto segue os requisitos bibliográficos descritos em [Diretrizes para Autores](#), na página Sobre a Revista.

DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTORAL

1. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

- Atesto que, se solicitado, fornecerei ou cooperarei na obtenção e fornecimento de dados sobre os quais o artigo está sendo baseado, para exame dos editores.

- Certifico que todos os autores participaram suficientemente do trabalho para tornar pública sua responsabilidade pelo conteúdo.

No caso de artigos com mais de seis autores a declaração deve especificar o(s) tipo(s) de participação de cada autor, conforme abaixo especificado:

(1) Contribuí substancialmente para a concepção e planejamento do projeto, obtenção de dados ou análise e interpretação dos dados;

(2) Contribuí significativamente na elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo;

(3) Participei da aprovação da versão final do manuscrito.

2. TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS AUTORAIS

- Declaro que em caso de aceitação do artigo, concordo que os direitos autorais a ele referentes se tornarão propriedade exclusiva da Revista Brasileira de Segurança Pública, vedada qualquer reprodução, total ou parcial, em qualquer outra parte ou meio de divulgação, impressa ou eletrônica, sem que a prévia e necessária autorização seja solicitada e, se obtida, farei constar o devido agradecimento à Revista Brasileira de Segurança Pública.

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Os nomes e endereços informados à Revista Brasileira de Segurança Pública serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

CAPA SOBRE PÁGINA DO USUÁRIO PESQUISA ATUAL ANTERIORES

Capa > Usuário > Autor > Submissões Ativas

Submissões Ativas

[Ajuda do sistema](#)

ATIVO ARQUIVO

ID	MM-DD ENVIADO	SEÇÃO	AUTORES	TÍTULO	SITUAÇÃO
901	—	ART	GOMES	SEM TÍTULO	Incompleto EXCLUIR
902	01-27	ART	Gomes, Chagas, Miranda	A ATIVIDADE DE INTELIGENCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA COMO...	Aguardando designação

Usuário

Logado como:
herickgomes2017
[Perfil](#)
[Sair do sistema](#)

Autor

Submissões
Ativo (2)
Arquivo (0)
[Nova submissão](#)

1 a 2 de 2 Itens

Iniciar nova submissão

[CLIQUE AQUI](#) para iniciar os cinco passos do processo de submissão.

Apontamentos

TODOS NOVO PUBLICADO IGNORADO

DATA DE INCLUSÃO	HITS	URL	ARTIGO	TÍTULO	SITUAÇÃO	AÇÃO
<i>Não há apontamentos.</i>						

Conteúdo da revista

Pesquisa

Todos

[Publicado](#) [Ignorado](#) [Excluir](#) [Selecionar todos](#)

Faça download das [Orientações para Submissão de Artigos](#).

[Procurar](#)
[Por Edição](#)
[Por Autor](#)
[Por título](#)

Apoio:

 Open Society Foundations  Ford Foundation

Tamanho de fonte

Iniciativa:

 Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Informações

[Para leitores](#)
[Para Autores](#)
[Para Bibliotecários](#)

ANEXO II – CARTA DE ACEITE DE TRABALHO DESENVOLVIDO COM O ORIENTADOR



CARTA DE ACEITE DE TRABALHO SUBMETIDO

LIVRO “ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA: O BRASIL E AS TRINCHEIRAS DO SÉCULO XXI”.

A Comissão Organizadora do Livro “ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA: O BRASIL E AS TRINCHEIRAS DO SÉCULO XXI”, vem, honrosamente, informar que, após dupla avaliação às cegas pelo Conselho Científico instituído conforme procedimentos internos, o trabalho submetido por V. S.^a, intitulado:

“SEGINT0009 - A LEGALIDADE DO ATO PRATICADO NA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA: PERSPECTIVAS DE VALIDADE PERANTE O ORDENAMENTO JURÍDICO ATUAL.”, cujos autores são: ROBERTO MAGNO REIS NETTO; WANDO DIAS MIRANDA; HERICK WENDELL ANTÔNIO JOSÉ GOMES E CLAY ANDERSON NUNES CHAGAS


Foi aceito para publicação na obra em menção.

Ademais, em função do número considerável de submissões realizadas, bem como, em razão da demora no procedimento de emissão do ISBN da obra, junto às entidades públicas pertinentes, a publicação do E-Book será postergada para o mês de março/2018, possivelmente, se alinhando a evento interno da Escola Superior Madre Celeste.

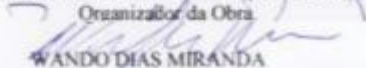
No mais, a comissão agradece sua participação, parabenizando-o pelo material submetido, bem como, compromete-se a informar maiores detalhes sobre o lançamento da obra.

Atenciosamente,

A Comissão Organizadora.



LUIS ROBERTO LOBATO DOS SANTOS
Coordenador do Curso de Graduação em Direito
Organizador da Obra



WANDO DIAS MIRANDA
Professor e Pesquisador
Organizador da obra